

1 **ATA DA SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2022 DO CONSELHO**  
2 **UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos treze dias do  
3 mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas, reuniu-se de forma híbrida o  
4 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do  
5 **MAGNÍFICO REITOR**, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES, e  
6 com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alexandro Henrique  
7 Paixão, Anderson de Souza Sant'Ana, André Martins Biancarelli, Andréa Marcondes de  
8 Freitas, Andréia Galvão, Anna Christina Bentes da Silva, Arnaldo César da Silva Walter,  
9 Benilton de Sá Carvalho, Cesar José Bonjuani Pagan, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Claudia  
10 Vianna Maurer Morelli, Cláudio José Servato, Cláudio Saddy Rodrigues Coy, Daniela Zanchet,  
11 Dirce Djanira Pacheco e Zan, Elaine Cristina de Ataíde, Eliana da Silva Souza, Elisabeth  
12 Cardozo, Emilson Pereira Leite, Evanir Lopes Teixeira, Fabiane de Moraes Rodrigues, Fabrício  
13 Miguel Farinassi, Fátima Regina Rodrigues Évora, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando  
14 Sarti, Flávio Henrique Baggio Aguiar, Gabriela Barros Gonçalves, Heloise de Oliveira Pastore  
15 Jensen, Hernandes Faustino de Carvalho, Ignacio Maria Poveda Velasco, Ivan Felizardo  
16 Contrera Toro, Jefferson Cano, João Marcos Travassos Romano, José Alexandre Diniz, José  
17 Luis Pio Romera, Leandro Aparecido Villas, Léo Pini Magalhães, Leonardo Vasconcelos  
18 Fregolente, Luísa Andréia Gachet, Luiz Carlos Dias, Luiz Seabra Junior, Marcelo Weishaupt  
19 Proni, Márcio Alberto Torsoni, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Maria Luiza Moretti,  
20 Marisa Masumi Beppu, Matheus da Silva Marcheti Martins, Mônica Alonso Cotta, Muriel de  
21 Oliveira Gavira, Odilon José Roble, Paulo Adriano Ronqui, Paulo José Rocha de Albuquerque,  
22 Rachel Meneguello, Ricardo Miranda Martins, Roberta Cunha Matheus Rodrigues, Rodrigo  
23 Ramos Catharino, Rosmari Aparecida Ribeiro, Samuel Rocha de Oliveira e Verónica Andrea  
24 González-López. Como convidados especiais, compareceram os professores: Ana Maria  
25 Frattini Fileti, Gilberto Alexandre Sobrinho e Maria Silvia Viccari Gatti; a doutora Ana  
26 Carolina de Moura Delfim Maciel; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores  
27 Fernandy Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria  
28 Aparecida Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os  
29 seguintes conselheiros: Renê José Trentin Silveira, sendo substituído pelo conselheiro  
30 Alexandro Henrique Paixão; Anderson de Rezende Rocha, sendo substituído pelo conselheiro  
31 Leandro Aparecido Villas; Dirceu Noriler, sendo substituído pelo conselheiro Leonardo  
32 Vasconcelos Fregolente; Claudio Francisco Tormena, sendo substituído pela conselheira  
33 Daniela Zanchet; Márcio Antonio Cataia, sendo substituído pelo conselheiro Emilson Pereira  
34 Leite; Lício Augusto Velloso; João Frederico da Costa Azevedo Meyer, sendo substituído pela  
35 conselheira Fátima Regina Rodrigues Évora; Mariângela Ribeiro Resende, sendo substituída  
36 pelo conselheiro Marcelo Weishaupt Proni; Marcelo Alves da Silva Mori, sendo substituído  
37 pelo conselheiro Cesar José Bonjuani Pagan; José Antonio Rocha Gontijo, sendo substituído  
38 pela conselheira Luísa Andréia Gachet; Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, sendo  
39 substituído pelo conselheiro Léo Pini Magalhães; Wagner de Melo Romão, sendo substituído  
40 pelo conselheiro Marco Antonio Garcia de Carvalho; Gustavo Costa do Nascimento, sendo

1 substituído pelo conselheiro Fabrício Miguel Farinassi; Helena Ansani Nogueira; e Eduardo  
2 Gurgel do Amaral. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Segunda  
3 Sessão Extraordinária de 2022 do Conselho Universitário da Universidade Estadual de  
4 Campinas, realizada de forma híbrida, sendo que a participação dos conselheiros que não estão  
5 presentes na sala do Consu se dará via plataforma Zoom. O uso da palavra pelos titulares se  
6 dará por ordem de inscrição, utilizando o botão em formato de mão no aplicativo. Para as  
7 manifestações na Ordem do Dia, os conselheiros terão um limite temporal de cinco minutos, e  
8 como se trata de um Consu Extraordinário, não há Expediente na Sessão. Informa que está  
9 disponível no *site* da Secretaria Geral o Parecer CLN 59/2022, referente ao item 02 da Ordem  
10 do Dia. Passa à Ordem do Dia, com 02 itens, ambos destacados pela Mesa. Inicia a discussão  
11 do item 01 – Dossiê nº 01-D-50813/2022 –, que trata da Proposta de Distribuição Orçamentária  
12 da Unicamp para 2023. Passa a palavra ao professor Fernando Sarti. O Conselheiro  
13 FERNANDO SARTI diz que fará um breve resumo sobre alguns dos critérios que basearam a  
14 proposta de distribuição orçamentária e depois passará a palavra ao senhor Thiago, da Aeplan,  
15 para detalhar mais a estrutura de receitas e despesas. O primeiro grande número em que é  
16 importante se aterem tem a ver com a Lei Orçamentária Anual, a LOA, que faz uma previsão  
17 de arrecadação da quota-parte do estado. Sempre lembrando, e sabe que aqui há novas  
18 conselheiras e conselheiros, que a partir da arrecadação total do ICMS, descontados os 25%  
19 destinados aos municípios e mais o programa habitacional, chegam à quota-parte do estado,  
20 sobre a qual incidem os 9,57%, em particular os 2,1958% da Unicamp. A primeira peça da  
21 Secretaria é feita em setembro de 2022, e desde então muita coisa já aconteceu, mas a previsão  
22 é de uma arrecadação de R\$150,5 bilhões para 2023, o que, olhando para o total arrecadado até  
23 agora na economia paulista, na mesma base em 2022, deve ser muito próximo ao valor de 2022.  
24 Tinham uma expectativa de arrecadação de R\$152 bilhões para 2022, mas os resultados de  
25 outubro, novembro e dezembro tem se reduzido e, com isso, provavelmente estarão próximos.  
26 Embora um valor em termos nominais seja semelhante, lembrando que esse é um período que  
27 teve uma inflação importante, o que significa que em termos reais a arrecadação prevista para  
28 2023 é inferior à arrecadação verificada em 2022. Outro elemento importante para a elaboração  
29 da proposta de distribuição orçamentária é lidar com as incertezas políticas e econômicas que  
30 todos têm acompanhado. Elas afetam tanto as previsões de receita quanto de despesa, em  
31 particular a despesa, muito associada à questão da própria inflação. Se verificarem uma fonte  
32 importante que utilizam para as previsões, que é o relatório de mercado Focus, do Banco  
33 Central, com previsão junto a vários agentes do mercado, os dados de 09.12.2022 apontam a  
34 expectativa de fechar 2022 com uma inflação de 5,79%. E para 2023, hoje se trabalha com  
35 índice de 5,08%. Por outro lado, também é importante considerar os gastos da Universidade, as  
36 legítimas demandas da comunidade, como as demandas pela assistência e permanência  
37 estudantil. Verão na proposta de distribuição orçamentária o esforço de tentar aumentar os  
38 valores associados a assistência e permanência: eles saltam de R\$101 milhões em 2022 para  
39 R\$112,7 milhões em 2023. Há também as demandas por contratações, as demandas por  
40 progressão em todas as carreiras, os novos benefícios. Podem observar que já colocaram

1 recursos para o vale-refeição, que depois, se necessário, podem detalhar um pouco mais, e  
2 também os investimentos necessários para a Universidade. Essas demandas, todas legítimas,  
3 representam aqui uma pressão importante desses recursos para serem utilizados. Do ponto de  
4 vista da receita, as incertezas, obviamente, não são menores. O ICMS está diretamente  
5 associado a nível de atividade, portanto sempre um indicador importante tem a ver com o  
6 crescimento e qual é a taxa de crescimento da economia, tanto a economia brasileira quanto a  
7 economia paulista. No Focus o PIB estimado para 2022 está em torno de 3,05%, mas a previsão  
8 de PIB para 2023 é de um crescimento de apenas de 0,75%, segundo o boletim. Ao mesmo  
9 tempo, a taxa Selic, a taxa básica da economia, hoje em 13,75%, cujo resultado observam nas  
10 receitas financeiras, tem uma previsão para 2023 de 11,75%. Não há nada o que comemorar em  
11 relação à taxa de juros elevada, embora ela tenha um impacto sobre os ganhos financeiros. Para  
12 compararem dados do Banco Central com informações sobre São Paulo, que interessam mais  
13 diretamente à Universidade, também utilizam os indicadores da Fundação Seade. Em São  
14 Paulo, a previsão de 2022 é de um crescimento de 2,6% contra um crescimento, segundo a  
15 Fundação Seade, de 2,9% para o Brasil. É uma das primeiras vezes que observam no período  
16 recente uma taxa de crescimento do Brasil superior à taxa de crescimento de São Paulo. Para  
17 2023 a média é de um crescimento de São Paulo muito inferior ao deste ano, de 1,7%, mas  
18 superior ao do Brasil, de 1,3%. Então, não são os indicadores que gostariam, pelo impacto que  
19 isso tem sobre a arrecadação. Outro fator que impacta a arrecadação tem a ver com as  
20 desonerações; todos têm acompanhado isso pelo noticiário, sobretudo o impacto importante  
21 sobre os preços administrados da energia elétrica, dos serviços de telecomunicações e,  
22 especialmente, dos combustíveis. Esses três itens representam, dentro dessa base de  
23 arrecadação das universidades, algo em torno de R\$40 bilhões daquele total arrecadado de  
24 R\$150 milhões. Com o fato de essas alíquotas terem se reduzido de 25% para 17%, 18%, ou  
25 seja, uma queda em termos de alíquota girando em torno de 25%, significa perder 1/4 desses  
26 R\$40 bilhões, R\$10 bilhões. Esse é o impacto importante para 2023. Já sentiram isso em 2022,  
27 nesses últimos meses, e agora no ano de 2023, ao que tudo indica, voltam as incertezas políticas,  
28 mas parece que essas desonerações serão mantidas e, portanto, terão de trabalhar sobre esse  
29 novo patamar, com essa redução tarifária. Também há outras desonerações importantes: a  
30 PRDU e a Aeplan já simularam o impacto da mudança do teto de subsídio do Governador, e  
31 embora isso não esteja incorporado na proposta de distribuição orçamentária, depois o senhor  
32 Thiago pode passar esses números de forma um pouco mais precisa. Imaginam um aumento de  
33 despesa em torno de R\$14 milhões. Uma outra questão para pensar é que, embora venham  
34 ocorrendo essas desonerações, o Estado de São Paulo vem recuperando parte dessas  
35 arrecadações. Há um ressarcimento dessas perdas por conta das desonerações via judicial, mas  
36 também via negociação, fazendo com que São Paulo esteja compensando essa perda de  
37 arrecadação com o não pagamento de juros e amortização da sua dívida junto com a União.  
38 Infelizmente, nessa compensação as universidades não são contempladas, então isso também  
39 significa uma perda de arrecadação. É em cima de todas essas incertezas econômicas,  
40 financeiras e políticas que estão trazendo aqui para as conselheiras e os conselheiros a proposta

1 que traz um equilíbrio orçamentário, com a preocupação o tempo inteiro de manter esse  
2 equilíbrio, embora com todas essas pressões, tanto do ponto de vista das despesas, quantas  
3 incerteza em relação às receitas. Importante lembrar que a Unicamp conta com um instrumento  
4 importante já há várias gestões que é a possibilidade de revisões orçamentárias ao longo do ano,  
5 que é quando o quadro vai se clareando um pouco mais. A primeira revisão ocorrerá em abril  
6 de 2023, quando terão mais certeza em relação à evolução, pelo menos do primeiro trimestre.  
7 Dessa forma, é possível sempre fazer essa revisão das receitas e despesas, acertando e  
8 facilitando a execução do orçamento. Para finalizar, como receita total, vão observar na  
9 proposta a receita do Tesouro de R\$3,304 bilhões, além da receita própria da ordem de R\$239  
10 milhões, dos quais R\$204 milhões são receitas financeiras, o que mostra o impacto provocado  
11 pela alta da taxa de juros. A receita total para a Universidade fica da ordem de R\$3,543 bilhões  
12 para o exercício de 2023, nessa previsão. Uma despesa total de R\$3,836 bilhões, onde estão  
13 incluídos os R\$292 milhões de recursos já comprometidos, mas ainda não empenhados;  
14 portanto, subtraindo isso, a despesa projetada para o exercício é de R\$3,535 bilhões. Dessa  
15 forma, estão tendo um equilíbrio orçamentário no período. Passa a palavra ao senhor Thiago,  
16 da Aeplan, para que ele detalhe um pouco mais as receitas e despesas. O senhor THIAGO  
17 BALDINI DA SILVA diz que para pensar a proposta orçamentária de 2023, utilizaram como  
18 base o projeto da Lei Orçamentária Anual, que ainda está em votação na Alesp. Possuem  
19 informações atuais de que existem diversas emendas nesse projeto, pode ser que alguma coisa  
20 mude, mas até o momento é o que existe de mais oficial. Esse projeto de lei foi lançado na  
21 Alesp no final de setembro, o estado viu tudo o que já havia sido arrecadado, de fato, e suas  
22 previsões para o final de 2022, onde ele estima a arrecadação e como vai ser a economia em  
23 2023. Nesse momento, o projeto não dá nenhuma indicação de PIB, de inflação para o ano de  
24 2023, nem para o PIB nacional, nem para o PIB estadual; entendem que talvez esteja propondo  
25 algum crescimento, mas com todas as desonerações que o professor Fernando já mencionou.  
26 Entrando nas receitas da Universidade de fato, a estimativa de arrecadação de ICMS é de R\$202  
27 bilhões para o estado, reduzindo os 25% de quota-parte dos municípios e mais os descontos  
28 destinados aos programas habitacionais, o ICMS líquido para base de cálculo das universidades  
29 é de R\$150,5 bilhões. Esse é o valor com que trabalham na proposta, lembrando que iniciaram  
30 2022 com uma proposta de quase R\$143 bilhões, e na segunda revisão, após a mudança  
31 referente às desonerações, a previsão do estado era de que iam terminar o ano por volta de  
32 R\$152 bilhões. Esse é o valor com que a Universidade trabalhou oficialmente na segunda  
33 revisão orçamentária, mas verificam hoje que esse número já foi superestimado; os R\$150  
34 bilhões, para 2022 e 2023, parece um número muito mais real. Quando trazem isso para o mês  
35 a mês, explica no gráfico projetado que a coluna laranja é a previsão de arrecadação da  
36 Secretaria do Estado e a coluna em azul é o efetivamente arrecadado, e percebem que no  
37 primeiro semestre do exercício a arrecadação foi sempre superior às previsões. Quando há  
38 alteração da lei, essa arrecadação começa a diminuir um pouco até setembro. Quando foi feito  
39 o projeto da Lei Orçamentária Anual, essa arrecadação estava próxima; a partir de outubro, há  
40 uma forte queda de arrecadação tanto na linha azul, que era o que precisava se realizar para dar

1 os R\$152 bilhões em 2022, como na previsão mensal da Secretaria da Fazenda. Quando  
2 passaram essa proposta a primeira vez pela COP, estavam em dúvida se essa queda de outubro,  
3 de mais de R\$1 bilhão, seria algo a ser sustentado nos próximos meses ou haveria alguma  
4 recuperação. A Secretaria da Fazenda fez uma nova previsão para novembro, de R\$13,1  
5 bilhões, mas essa arrecadação está muito superior ao que deve se realizar de fato. Até o  
6 momento os números oficiais não fecharam, mas essa arrecadação deve chegar a, no máximo,  
7 R\$12 bilhões. Então, em novembro já perdem mais R\$1 bilhão de arrecadação frente a essa  
8 previsão, e frente ao que estava na segunda revisão orçamentária. Isso faz com que 2022 seja  
9 muito mais próximo de R\$150 bilhões do que dos R\$152 bilhões estimados, e imaginam que  
10 essa base de R\$12 bilhões de arrecadação, que vai ser outubro e novembro, seja a base a ser  
11 seguida em 2023. Usando essa arrecadação de R\$150,5 bilhões, chegam em recursos para a  
12 Universidade de R\$3,3 bilhões para o exercício de 2023. Trazendo esses valores nominais para  
13 valores reais, percebem que a arrecadação de 2023 estará muito próxima à arrecadação de 2020  
14 e 2021. Portanto, embora nos dois últimos anos tenha ocorrido um forte crescimento das  
15 receitas, toda essa desoneração está impactando fortemente, fazendo com que a arrecadação  
16 recue para patamares de dois anos atrás. Como o professor Fernando já citou, um desses fortes  
17 pontos são as desonerações aplicadas pelas leis, pelo estado. Fazendo a comparação entre lei  
18 orçamentária de 2022 e a de 2023, percebem um crescimento de mais de R\$18 bilhões na  
19 arrecadação. Então, esses R\$18 bilhões é o que está diferenciando 2022 e 2023 de arrecadação  
20 de fato, devido às desonerações. Mesmo tendo previsto em 2022 o aumento das desonerações,  
21 2023 já vem com uma arrecadação de menos de R\$8 bilhões por conta da desoneração, frente  
22 ao que estava estimado de crescimento em 2022. Então isso está gerando um forte impacto,  
23 além do baixo movimento da economia, o crescimento econômico aquém do esperado.  
24 Entrando nas outras fontes de receitas da Universidade, diz que os recursos próprios fecharam  
25 em quase R\$240 milhões, sendo R\$204 milhões de receitas de aplicações financeiras baseadas  
26 na alta taxa de juros atual e no montante das reservas financeiras. Isso nas receitas parece bom,  
27 mas há uma consequência desses altos juros em todas as despesas da Universidade. Fazendo  
28 um resumo final, relata que estão fechando com uma arrecadação para o orçamento de 2023 de  
29 R\$3,5 bilhões, juntando as receitas do Tesouro do Estado e os recursos próprios. Há os R\$292  
30 mil de recursos para apoiar o que tratam na proposta como Grupo X, que são as despesas  
31 aprovadas em anos anteriores e não empenhadas. Esclarece que esse recurso está sendo  
32 colocado somente para manter o equilíbrio financeiro da Universidade, uma vez que se trata de  
33 recursos para cobrir despesas de anos anteriores, e estão trazendo na proposta só para ficar claro  
34 qual é o montante que está sendo destinado, que ainda não foi executado pela Universidade.  
35 Entrando nas despesas da Universidade, fazem um crescimento de despesas de 18% frente ao  
36 estimado na distribuição inicial de 2022, mas um crescimento de 7,6% perante a segunda  
37 revisão orçamentária. Então veem pelo gráfico que o forte crescimento é no Grupo Pessoal, e  
38 já estão aplicados todos os reajustes dados em 2022 e os aumentos sugeridos para 2023. No  
39 Grupo Pessoal, trazem uma correção de valores no auxílio-criança e auxílio-educação especial,  
40 que saem, respectivamente, de R\$800 para R\$850 e de R\$1.050 para R\$1.115. Outro fator que

1 impactou fortemente esse aumento para 2023 é que a insuficiência financeira, que antes estava  
2 estimada abaixo de R\$600 milhões, hoje tem estimativa de mais de R\$641 milhões no  
3 pagamento de inativos. Esse valor sofreu alteração, um aumento no montante de quase R\$33  
4 milhões baseado na nova lei, nas alterações das contribuições dos inativos, onde os inativos  
5 acima do piso até o teto do INSS param de contribuir com encargos. Então eles deixam de  
6 contribuir, o que aumenta o gasto de insuficiência financeira. O professor Fernando já citou,  
7 mas é bom lembrar, que quando fecharam o texto e as tabelas da proposta, ainda não tinham  
8 aprovado o texto do funcionalismo, a mudança do subsídio do Governador. Isso dá um aumento  
9 de R\$14,4 milhões em 2023, mas como não conseguiram fazer alterações disso na COP pelas  
10 dificuldades durante a votação, mantiveram o texto, mas deixando claro que os recursos para  
11 pagamento do teto já estão na reserva de contingência da Universidade, que está por volta de  
12 R\$100 milhões, e depois fazem os ajustes mais corretos na primeira revisão orçamentária. Nas  
13 horas extras, regimes de sobreaviso e plantões, principalmente na área da Saúde, fizeram uma  
14 análise de valores e alguns acertos. Entretanto, ainda é muito inferior ao que foi solicitado pelas  
15 unidades e pelos órgãos. Uma novidade nas horas extras e no regime de sobreaviso é que estão  
16 separando por volta de R\$800 mil para despesas institucionais. No caso das horas extras,  
17 durante 2022 tiveram de trazer à COP várias vezes algumas horas extras, que eram obrigados a  
18 pagar e não tinham recursos financeiros. Por exemplo, quando veio a pandemia, o Cecom  
19 acabou precisando de muitas horas extras, então trouxeram isso para a COP. Agora já estão  
20 fazendo uma reserva financeira para essas despesas e, caso precise para alguma despesa  
21 institucional ou algo relacionado a interunidades, alguma coisa do gênero. No caso de regime  
22 de sobreaviso, começaram a trabalhar no final de 2022, até para ver regulamentação e as  
23 mudanças, como está sendo esse sobreaviso dentro da Universidade. Então trazem uma cota  
24 reservada, porque vão iniciar 2023 fazendo uma análise da mudança, verificando, até em função  
25 de uma isonomia entre todos os órgãos, como está sendo feito o sobreaviso e qual a real  
26 necessidade disso. Então já trazem recursos, caso seja necessário algum aumento pontual, mas  
27 deixando claro que qualquer uma dessas mudanças constará na segunda revisão para a COP  
28 analisar, verificar e aprovar esses valores. Entrando em um pouco mais de detalhes nas  
29 próximas mudanças, consta o aumento de R\$1.270 para R\$1.350 no programa de auxílio-  
30 alimentação e a disponibilização de recursos para criar um programa de auxílio-refeição dentro  
31 da Universidade. Esse auxílio-refeição ainda vai ser negociado, verificando-se a legalidade, a  
32 melhor forma de se pago. Menciona que será um auxílio com valor de face de R\$36 por dia  
33 trabalhado, dos quais 20% vêm de desconto dos servidores, o valor de R\$7,02, o que dá um  
34 valor líquido de benefício de R\$28,8 por dia trabalhado para cada servidor. O desconto é uma  
35 obrigação legal e a decisão de 20% é o que é normalmente utilizado dentro do funcionalismo  
36 público, também na iniciativa privada, e dentro das universidades que têm esse benefício. No  
37 item 02 da pauta de hoje estão passando a resolução do programa auxílio-alimentação para  
38 instituir um novo valor. No programa auxílio-refeição, como ainda vai ser estudada a melhor  
39 forma de fazer isso, colocaram valores para somente sete meses no ano, imaginando que isso  
40 possa ser executado assim que possível, mas estimando que a partir de maio. Então essa

1 regulamentação ainda volta para fazer uma resolução do auxílio-refeição com todos os detalhes.  
2 Aqui estão apenas disponibilizando recursos para isso. Para finalizar o Pessoal, estão inserindo  
3 valores para o programa de desenvolvimento de carreiras, de R\$81,6 milhões. A novidade aqui  
4 é que já trazem esses recursos que não estavam claros na proposta anterior quanto era da carreira  
5 Paepe, carreira especiais, carreira de docentes e pesquisadores. Estão garantindo os mesmos  
6 montantes aplicados em 2022. Sempre lembrando que cada carreira tem a sua especificidade,  
7 então pode ser que alguma carreira use um pouco mais para progressão, outra um pouco mais  
8 para contratações. Trazendo as outras despesas da Universidade, informa que Sentenças  
9 Judiciais estão em 2023 com um valor menor, mas lembrando que mantêm todas as obrigações  
10 de precatórios. Vão honrar tudo o que já foi aprovado para efetuarem o pagamento, que já teve  
11 a sentença final. Despesas de água e energia elétrica tiveram um crescimento abaixo da inflação,  
12 principalmente água, porque o contrato de água foi negociado pela Prefeitura e estão passando  
13 de 2022 para 2023 praticamente sem reajuste nesse item, então é o que dá uma pequena  
14 diferença. Restaurantes e transportes, na parte de transportes, como já havia sido mostrado na  
15 segunda revisão orçamentária, existia uma forte pressão nos valores. As novas licitações estão  
16 muito acima de qualquer índice de inflação, então esses valores já foram aumentados na  
17 segunda revisão, mantendo esse crescimento forte para 2023. No caso de restaurante, explica  
18 que, apesar de aparecer um crescimento, na verdade esse crescimento não é exatamente um  
19 aumento de despesas. Com a nova metodologia de fornecimento de serviços de refeições nos  
20 restaurantes universitários, essa linha de restaurante, onde entravam só o contrato de gêneros  
21 alimentícios e os contratos de produção, está aglutinando diversos assuntos. Agora entram  
22 recursos até de gastos de água, energia elétrica, que são pagos ao restaurante e são ressarcidos  
23 à Universidade. Estão trabalhando com um custo menor de refeição, mas a linha aqui parece ter  
24 um crescimento por causa desse aglutinamento de despesas. Nas Despesas Contratuais,  
25 sofreram bastante com a inflação do período, além disso há algumas inclusões, alguns aumentos  
26 de contratos, como o contrato de capital de giro do programa de manutenção predial que está  
27 em um valor muito maior. Tiveram um aumento aditivo de 25% para conseguir atender as  
28 unidades. Esse aqui é um dinheiro até que acaba saindo das unidades para vir para cá, para  
29 pagamento, não é o custo. Tem aumento de contratos de vigilância eletrônica dentro da  
30 Universidade, manutenção de áreas verdes. E um item separado é que estão fazendo aumento  
31 de contratos por volta de R\$6 milhões em apoio ao Hospital de Clínicas. São três contratos:  
32 contrato de nutrição parental, almoxarifado do HC e da farmácia do HC, que estão vindo para  
33 o orçamento que antigamente era no SUS, até visando uma melhor utilização desses recursos  
34 no SUS aqui e fazendo um apoio no Hospital, uma vez que não estão mexendo diretamente no  
35 custeio dele e de nenhum outro órgão agora em 2023. Em relação ao Programa de Manutenção  
36 Predial e de Infraestrutura da Prefeitura, diz que em infraestrutura já havia sido aprovado um  
37 aumento na segunda revisão orçamentária, que é mantido e aqui fazem até uma mudança de  
38 alíneas, tiram alguns órgãos como BC, DEdIC, Cecom, CPQBA, que antes estavam com  
39 recursos humanos no programa de manutenção predial, e trazem esses itens para manutenção  
40 de infraestrutura. No final, estão fazendo só uma mudança de despesas de alínea, mas é bom

1 deixar claro, porque imaginam que vai dar uma maior transparência para gasto dessas unidades  
2 e que não dá para comparar órgãos que prestam serviços à comunidade com órgãos  
3 administrativos dentro da Reitoria. Em Programa de Manutenção Predial, Programa de  
4 Qualificação Orçamentária e Custeio, mantêm os mesmos valores de 2022, com base na queda  
5 da arrecadação. Viram que são itens que podem ter problemas específicos em um órgão ou  
6 outro, e podem voltar a conversar disso em 2023, mas veem que com os reajustes de 2022 houve  
7 um grande acúmulo de saldo nessas alíneas dentro das unidades. Então preferiram não trabalhar  
8 nenhum crescimento nesses itens, até para entenderem melhor se isso foi dificuldade de  
9 execução, por que esse saldo vem aumentando nos últimos anos. Os programas de bolsas da  
10 Universidade sofreram novamente um grande aumento de recursos, principalmente em bolsa  
11 auxílio-social, que pelo sétimo ano seguido tem aumento na quantidade dessas bolsas. Os  
12 valores estão mantidos, mas as quantidades mensais são aumentadas em 10%. Da mesma forma,  
13 a bolsa auxílio-transporte e estágio obrigatório também têm um aumento de 10%. Destaca o  
14 auxílio-social para mencionar que pela primeira vez entram bolsas na proposta orçamentária  
15 para estudantes em refúgio. Foram solicitadas 30 bolsas de auxílio-social, 30 bolsas de auxílio-  
16 transporte, 30 bolsas de auxílio-moradia e essas bolsas já estão sendo incorporadas na proposta  
17 orçamentária para estudantes em refúgio. Bolsa auxílio-moradia também teve um aumento de  
18 10% nas quantidades de bolsa, além dos estudantes em refúgio. E visando as mudanças que  
19 podem ocorrer, a necessidade do aumento desse sistema de permanência da Universidade, desse  
20 auxílio-moradia, aumentam os valores do auxílio de R\$520 para R\$600 por bolsa. Então há um  
21 forte impacto nas bolsas. Entre outros programas da Universidade, há uma outra linha dentro  
22 do Grupo VI que também tem um forte aumento, baseado principalmente na mudança dos  
23 valores da bolsa do Programa de Estágio Docente, o PED. As bolsas do PED B vão para  
24 R\$1.175 e do PED C para R\$705, e isso também tem impacto no ProFIS, que possui bolsistas  
25 PED. Uma novidade é o Programa para Esporte Universitário, no qual disponibilizam recursos  
26 para a criação do Programa de Bolsa Estudante Atleta, Bolsa Treinador em Formação e para  
27 auxílio desses projetos. Já estão disponibilizando os recursos, permitindo a formalização desse  
28 programa. Também estão colocando mais recursos para Educorp, pensando no aumento da  
29 educação continuada dentro da Universidade, com aumento de cursos. E também um forte  
30 aumento, dentro dos recursos da distribuição orçamentária, para os programas de apoio e  
31 valorização à extensão universitária. O que antigamente entrava na proposta nessa alínea era só  
32 a primeira alínea, do PEX, o Programa de Extensão Universitária, agora, até visando um pouco  
33 a transparência, apresentam diversos programas e alguns editais para a ProEC, o que aumenta  
34 esse valor que antigamente era de R\$350 mil para quase R\$2 milhões. Observa que o que estão  
35 incluindo para 2023 é exatamente o que já foi executado em 2022. Como vêm de um período  
36 de pandemia, onde pouco foi possível fazer pela extensão universitária, 2022 teve uma forte  
37 recuperação baseada, principalmente, em saldos de anos anteriores. Então em 2023 já estão  
38 orçamentando esses programas visando perpetuar para o futuro e também para manter o que já  
39 foi feito em 2022. Para terminar os programas, apontam também a inclusão de recursos para o  
40 Programa de Internacionalização, visando a volta dessa internacionalização que também foi

1 prejudicada em anos anteriores por causa da pandemia. Na Manutenção das Atividades  
2 Existentes, as despesas de custeio permanecem com os mesmos valores, mas observa que dos  
3 valores propostos para 2022 foram transferidos para contratos por volta de R\$1,5 milhão, e  
4 estão fazendo inclusão de recursos de custeio aqui para algumas despesas específicas, como  
5 passagens aéreas, Laboratório Plasma, recursos para iniciação científica e, principalmente,  
6 conforme foi aprovado em 2022, o reajuste dos estagiários da Universidade em 2022. Estão  
7 fazendo a inclusão de quase R\$1 milhão para pagamento desses reajustes em 2023, para  
8 manterem aquela perspectiva de que despesas de custeio são despesas internas da unidade, então  
9 já disponibilizam o recurso para manter o funcionamento dessa alínea. Entrando nos Projetos  
10 Especiais, diz que as principais novidades são: inclusão da pós-graduação no Programa de  
11 Aquisição de Livros, que antes existia apenas para a graduação, e o valor para o programa será  
12 de R\$500 mil. É importante afirmar que isso já foi feito pela BC em 2022, mas não tinha uma  
13 linha específica, estava saindo o recurso de dentro dos periódicos. Então aqui fazem um acerto  
14 de alínea de despesas. Outra novidade, que aqui já aparece conforme aprovado no último Consu,  
15 é o Programa Funcamp - Inova Parceria, que vem para R\$9,9 milhões, com base na nova  
16 governança. Valores de planejamento estratégico foram suplementados com base no que já foi  
17 aprovado dentro da Copei, e apresentam a linha de curricularização da extensão, no valor de  
18 R\$4 milhões, e mais R\$20 milhões para o programa de incentivo a novos docentes, onde já  
19 incluem os valores aprovados no último Conselho. Para finalizar os Projetos Especiais, informa  
20 que nos investimentos aprovados são mantidos R\$20 milhões de obras para a Depi, até  
21 imaginando que as obras maiores serão feitas em 2023 por recursos do PPI, então não havia  
22 uma necessidade clara de aumento desses recursos. E o restante, que antes era R\$20 milhões,  
23 foi para R\$17 milhões, com ajuste de despesas que deveriam ser educacionais, orçamentárias,  
24 mas estavam sendo pagas com outras fontes de recurso até o momento. Na Receita Própria  
25 Revertida às Unidades, é mantido o valor que estão recebendo atualmente; já no Grupo X -  
26 Créditos a Conceder, esse valor aumenta fortemente, já que muitos dos saldos estão sendo  
27 mantidos. Pegaram as quatro linhas que tratavam anteriormente e trouxeram só para duas como  
28 princípio básico: os R\$133 milhões são aqueles recursos que serão devolvidos como saldo da  
29 Universidade no início de 2023, diretamente para as unidades e os órgãos, ao passo que os  
30 R\$159 milhões são recursos de programas aprovados, mas ainda não foram licitados e  
31 efetivamente suplementados para execução. Esse valor permanece nas programações dentro da  
32 Aeplan. Esse foi o apanhado geral das receitas e despesas, onde as despesas aparecem com um  
33 crescimento de 7,59% pensando somente no exercício de 2023, e 10,10% quando tratam não  
34 somente as despesas de 2023, mas também de anos anteriores. Outra informação é que há um  
35 valor praticamente de R\$113 milhões do auxílio à permanência estudantil, uma despesa de mais  
36 de 19% do orçamento de custeio da Universidade. Assistência a servidores aparece com valor  
37 de mais de R\$250 milhões, correspondendo a mais ou menos 42% do orçamento de custeio da  
38 Universidade. Outro item que aparece com uma mudança forte nessa proposta de 2023 é o  
39 orçamento da área da Saúde, com um crescimento de R\$135 milhões, baseado principalmente  
40 no Grupo Pessoal, já que a reposição de servidores na área da Saúde é muito maior do que na

1 educação, o que eleva esse valor e traz a área da Saúde a um percentual de 20,28% sobre os  
2 Recursos do Tesouro do Estado. Coloca-se à disposição para questionamentos. O Conselheiro  
3 JOSÉ LUIS PIO ROMERA parabeniza o professor Fernando Sarti e o senhor Thiago, porque  
4 vê uma mudança significativa na peça orçamentária, que é o lançamento nas receitas das  
5 reservas, e não só nas despesas, daqueles itens de exercícios anteriores. Desde 2017 era lançado  
6 só na despesa, e sempre chamava a atenção que era despesa em duplicidade. Com esse  
7 lançamento na receita se corrige um erro grave que havia tecnicamente no orçamento da  
8 Universidade. Outra questão é que, ao longo do ano, fizeram a proposta de pauta específica do  
9 Sindicato e levantaram diversos itens que, basicamente, foram negociados no dia 11 de outubro  
10 em uma paralisação que houve. Parabeniza o professor César Montagner pelo encaminhamento  
11 dos itens da pauta, sendo que vários deles estão aqui atendidos na proposta orçamentária. Um  
12 deles é o reajuste do auxílio-alimentação em janeiro, pela inflação, de R\$1.270 para R\$1.350.  
13 A reivindicação, pela atualização de 2014, em uma cesta de índice, seria R\$1.596, mas de  
14 alguma forma está atendido aqui. A reivindicação do auxílio-refeição seria a partir de janeiro,  
15 e pensa que a Universidade tem capacidade, tanto administrativa como financeira, para colocar  
16 esse auxílio-refeição a partir de janeiro. Inclusive consultou em setembro o pessoal de contratos  
17 da DGA, que respondeu por *e-mail* que era possível fazer essa modificação administrativa e  
18 pagar a partir de janeiro. Então, se não houver a possibilidade de pagamento imediato, que se  
19 garanta o retroativo a partir de janeiro, no auxílio-refeição. Também da pauta específica, foram  
20 atendidas as solicitações de reajuste do auxílio-criança, de R\$800 para R\$850, e auxílio-criança  
21 especial, de R\$1.050 para R\$1.115. A verba da carreira, pelas contas que fez, está com 1%, era  
22 0,8% no orçamento do ano passado, então também tem um acréscimo. É óbvio que tem para  
23 desenvolvimento nas carreiras; reivindicaram 1,2% do orçamento, está passando para 1%.  
24 Como houve alteração nos percentuais para progressão e promoção horizontal e vertical, o gasto  
25 será elevado. Então, na regulamentação, se colocar “no mínimo 1%”, também poderia atender  
26 melhor a verba de desenvolvimento das carreiras. Também conquistaram a redução da tabela  
27 do fretado, então foram atendidos vários itens da pauta específica que o Sindicato apresentou,  
28 que foram encaminhados pela chefia de Gabinete, que encaminhou as negociações, vários  
29 atendimentos. Parabeniza o professor César, que conduziu esse diálogo, que nunca na  
30 Universidade foi tão simples, mas havendo o diálogo acontecem avanços. Em relação à  
31 arrecadação, o Governo Federal fez algumas alterações através das leis complementares  
32 192/2022 e 194/2022 e da emenda constitucional 123/2022, que retira recursos da arrecadação  
33 de ICMS. De fato, acaba inclusive desmontando a arrecadação do ICMS. Duas dessas leis  
34 terminam agora em 31 de dezembro. A Universidade já está perdendo, pelo que o estado  
35 recebeu de recurso, cerca de R\$350 milhões; USP, Unicamp e Unesp deixaram de receber e os  
36 municípios estão recebendo, porque os municípios recebem 25%, mas as universidades não. O  
37 Fórum das Seis encaminhou ofício para o Governador, também para o Cruesp, reivindicando o  
38 repasse desses recursos. O Sindicato pretende denunciar no Tribunal de Contas do Estado esse  
39 não repasse, para que sejam rejeitadas as contas do Governador, caso não haja esse repasse.  
40 Porque se o município tem direito, as universidades também, que recebem 9,57% da

1 arrecadação, teriam esse direito. Então estão brigando por isso, inclusive agora no orçamento.  
2 Tiveram uma reunião na semana passada com o relator do orçamento do estado, que é o  
3 delegado Olim, e ele ficou de analisar as emendas que estão apresentando para o orçamento.  
4 Porque, segundo o relator, o novo Governador vai apresentar uma alteração no orçamento deste  
5 ano, mas como não há uma transição tranquila em São Paulo, pode ser que nem seja votado o  
6 orçamento. Estão acompanhando isso via Fórum das Seis e as entidades do funcionalismo  
7 público; ficaram de agendar nova reunião com o relator assim que o Tarcísio apresentasse a  
8 proposta dele de alteração do orçamento do ano que vem, e acha que é importante o Cruesp  
9 também estar atento a essa discussão. Como a Universidade tem autonomia financeira, mas não  
10 tem autonomia orçamentária, e as dotações desse ano são cerca de R\$900 milhões menores do  
11 que a do ano passado, é necessário ficarem atentos para ter essas dotações, porque pode ser que  
12 não tenham isso. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que sua  
13 pergunta é relativa ao pagamento retroativo da pecúnia associada aos prêmios, principalmente  
14 daqueles prêmios de docência que apenas uma vez na vida o docente pode receber. Então  
15 gostaria de saber se essa pecúnia está sendo também incluída no orçamento, ou não houve  
16 tempo hábil, ou será objeto de revisão orçamentária. Aproveita para agradecer a todo o pessoal  
17 do Cecom e da área da Saúde em geral, que tanto ajudam a população, mas que também a  
18 ajudaram pessoalmente a sarar de uma ferida grave em abril. O Conselheiro CESAR JOSÉ  
19 BONJUANI PAGAN diz que sua fala é, por coincidência, mais ou menos na linha do que o  
20 senhor José Luís falou no final. Acha que a discussão mais importante é sobre os maiores  
21 valores do orçamento, se concentrar nos assuntos que têm a ver com a totalidade ou a maioria  
22 dos recursos. A receita da Universidade depende da boa vontade do Governador do Estado de  
23 todo ano mandar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias para a Assembleia Legislativa, fixando  
24 em 9,57% a dotação das universidades. Isso é muito diferente nos municípios, que possuem  
25 uma quota-parte fixada a partir da Constituição do Estado de São Paulo. Então os municípios  
26 podem dizer que possuem autonomia financeira, porque eles têm a certeza constitucional de  
27 receber um percentual da arrecadação de ICMS do estado, além das outras arrecadações  
28 federais, IPVA, outros impostos e outras receitas, portanto eles conseguem planejar. Houve um  
29 ano em que o artigo 5º, sempre no artigo 4º ou no artigo 5º da LDO, da Lei de Diretrizes  
30 Orçamentárias, dizia que era, no máximo, 9,57%. Este ano não; este ano é 9,57%, mas isso  
31 depende de todo ano a mensagem que é encaminhada para a Assembleia Legislativa conter esse  
32 parágrafo, que é um parágrafo de iniciativa do governo do Governador. À parte a questão  
33 política, se isso vai se manter ou não vai se manter com o novo Governador, o ponto central é  
34 que há uma discussão nacional há anos, e tem visto uma intensificação dessa discussão, que é  
35 a reforma tributária. Com ela, provavelmente terão um imposto sobre o valor agregado, ou seja,  
36 não mais terão o ICMS como referência para aplicar 9,57%, e isso deve acontecer este ano.  
37 Quando essa discussão vier, é importante que estejam atentos às propostas, primeiro ao que o  
38 Governo Federal vai mandar para o Congresso, e, ato contínuo, isso vai para os estados para  
39 regulamentação. Esta será a oportunidade que as universidades terão de fazer valer a sua  
40 autonomia financeira, fixando na Constituição do estado o valor correspondente à arrecadação

1 de impostos que vem para as universidades, da mesma forma que é feito com os municípios e  
2 com a Fapesp. A Fapesp tem 0,5% do orçamento, que não vai para LDO. Considera esse assunto  
3 muito importante, e acha que precisam estar atentos e fundamentalmente ter uma proposta para  
4 ser apresentada à Assembleia Legislativa quando chegar o momento, que acredita que será no  
5 final deste ano ou no começo do ano que vem. A Professora MARISA MASUMI BEPPU  
6 parabeniza a Aeplan e a PRDU pela elaboração do documento. É óbvio que existem muitas  
7 discussões a serem feitas, como a questão das receitas, como o professor Cesar Pagan já falou,  
8 mas acha que existe um elemento importante e didático que precisa explicar para as pessoas,  
9 até em relação ao que o conselheiro José Luís Pio falou. Talvez não esteja muito claro para as  
10 pessoas, mas a diferença de honrar o compromisso dos saldos orçamentários das unidades, seja  
11 na parte de despesa, seja colocando na parte de receita, é se estão tirando do saldo orçamentário  
12 da Universidade ou não. Então, no momento em que colocam nas receitas, estão retirando do  
13 saldo anterior, o que hoje faz muito sentido porque o saldo da Universidade está avolumado.  
14 Quando estão em um momento deficitário, com corrosão extrema, chegando próximo a zerar  
15 ou muito próximo do limite que essa reserva poderia ter, é mais salutar e mais aconselhável que  
16 ele esteja colocado nas despesas do ano. Mas, de qualquer jeito, acha que o importante é que  
17 está sendo adotada a questão de honrar o que as unidades estão utilizando, estão fazendo de  
18 planejamento de maneira bastante controlada, de maneira bastante racional. É importante  
19 manter em algum momento a garantia de que esse recurso vai estar presente para os diretores  
20 de unidade poderem utilizar. O outro ponto que vem falando bastante é que existem algumas  
21 tarefas a serem feitas quando a situação orçamentária está um pouco melhor. Sabe que existem  
22 algumas preocupações, incertezas. Incerteza sempre haverá, mas é importante que vejam  
23 também algumas situações, estudos estruturais serão necessários, na sua opinião, no ano que  
24 vem. Tem falado muito da questão da carreira docente, para a qual precisam olhar com muito  
25 cuidado, talvez montar um GT dentro do Cruesp para estudar, porque ainda talvez não chegue  
26 de forma tão clara e forte aqui na Unicamp, mas nas outras universidades, principalmente na  
27 USP, o pleito dos jovens docentes, que estão no início da carreira, está sendo muito pouco  
28 atraente para permanência na Universidade. Diz isso em relação às universidades federais, em  
29 relação aos competidores internacionais, que estão no mercado também para o jovem docente,  
30 e em uma situação muito assimétrica, em que paulatinamente foram perdendo direitos.  
31 Perderam direito à aposentadoria no regime próprio, também a questão das incorporações de  
32 GR, então as carreiras em geral estão sendo muito assimetricamente penalizadoras para os  
33 jovens docentes. Então esse assunto tem de ser pautado, para que continuem atraindo os  
34 melhores talentos para a Universidade. Felizmente haverá um grande número de contratações  
35 de reposição depois da lei complementar 173, então é muito importante que isso esteja em pauta  
36 e em um momento em que tenham algum fôlego orçamentário para fazer qualquer ajuste  
37 necessário. Não está dizendo simplesmente para alterar a folha ou o que for, mas fazer um  
38 estudo realmente mais perene sobre isso. Apoiar a fala do professor Cesar Pagan, de que devem  
39 estar à frente em relação à discussão do que pode acontecer em termos das receitas e fazer um  
40 estudo de como essa tributação pode afetar. Se uma desoneração impacta dessa forma a

1 Universidade, não têm ideia, por exemplo, do que aconteceu quando se passou a tributar o  
2 ICMS no local de consumo, por exemplo, em vez do que no local de produção. Então acha que  
3 todos esses estudos têm de ser feitos e devem estar preparados para isso. O Conselheiro  
4 MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que é sempre difícil fazer uma  
5 apresentação de um orçamento, porque em 15 minutos não é possível fazer um detalhamento  
6 da diversidade de programas que a Unicamp possui. Confessa que não entendeu ainda as  
7 restrições legais e administrativas citadas na peça orçamentária que levem a essa duração da  
8 aplicação do vale-refeição. Ainda não entendeu qual a necessidade de cinco meses para a  
9 implementação desse benefício que parece ser mais do que pertinente a toda a comunidade.  
10 Com relação à projeção de aumento salarial, também pergunta se não seria pertinente ter alguma  
11 menção a isso no orçamento. Pelo que entendeu da fala do senhor Thiago, existe um bolsão de  
12 R\$100 milhões que seria suficiente para corrigir o teto, em função do aumento salarial do  
13 Governador, mas projetando aqui para maio algum possível aumento salarial, sua pergunta é se  
14 esse possível aumento estaria também dentro desse bolsão de R\$100 milhões, e se isso não  
15 poderia estar presente, de alguma forma, já na peça orçamentária que foi apresentada. Um outro  
16 ponto, mais específico, é que observou que as contas relacionadas a energia elétrica continuam  
17 subindo, e se recorda de projetos que foram aprovados na Copei de eficiência energética. Sua  
18 pergunta aqui é se há alguma alimentação da Copei com a Aeplan, se isso se cruza em algum  
19 momento, no sentido de reduzir esses valores de custo de energia elétrica. Foi aprovada, por  
20 exemplo, uma troca de lâmpadas para reduzir custos, e acha que isso deve ter sim, em algum  
21 momento, impacto nessas contas. Estranhou o aumento tanto no restaurante universitário  
22 quanto no transporte. O aumento para 2023 de despesas em transporte é de aproximadamente  
23 20%. Se bem entendeu da fala do senhor Thiago, elas estão todas concentradas no reajuste de  
24 contratos, então se foi isso é algo do mercado, que não conseguem controlar. E no restaurante  
25 houve um aumento de aproximadamente 30%; com a terceirização, que já vem de longo tempo,  
26 esse é um valor bastante elevado para esse item. Entendeu as explicações, não sabe se elas  
27 justificam completamente esses aumentos que são duas ou quase três vezes maiores do que a  
28 inflação. Um outro ponto que está no Grupo V, de Despesas Contratuais, é que não entendeu  
29 por que foi incorporada uma despesa pelo orçamento da Unicamp, de um contrato do HC que  
30 era pago pelo SUS. Pergunta se o SUS deixou de pagar, se a Unicamp teve de assumir, como  
31 foi esse tipo de negociação, porque receia que a Universidade venha paulatinamente assumindo  
32 despesas que originalmente são de responsabilidade do Sistema Único de Saúde. O Conselheiro  
33 CLÁUDIO JOSÉ SERVATO parabeniza o trabalho executado pela Aeplan. Pergunta quantas  
34 pessoas são atendidas pelo auxílio-educação especial, qual o valor montante aplicado e a mesma  
35 situação para o auxílio-criança. Quanto ao auxílio-educação especial, são menos de 200 famílias  
36 atendidas. Solicita que, se não agora na próxima revisão, esse valor do auxílio-educação  
37 especial fosse reajustado para, no mínimo, R\$1.215. Sobre o vale-refeição, parabeniza toda a  
38 categoria pela luta, mas precisam lembrar que esse vale-refeição está chegando com oito anos  
39 de atraso, porque em 2014 houve uma situação em que tiveram um andamento e à época houve  
40 uma proposta para que esse vale fosse repassado a todos da Universidade, docentes e

1 funcionários, mas não houve consenso nas instâncias dentro da Universidade. E o Grupo Apesar  
2 tem um papel especial nessas conquistas. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES  
3 agradece a todos por esse ano, que não foi um ano muito fácil, foi um ano árduo para todos, um  
4 ano de muita luta, mas estiveram aqui mantendo o diálogo, mantendo bons debates neste espaço  
5 em prol da Universidade. Sobre a questão orçamentária, parabeniza o senhor Thiago e o  
6 professor Fernando Sarti pela organização de todas as informações da forma como têm feito e  
7 apresentado aqui, sempre indo muito ao encontro da transparência, explicando, tirando todas as  
8 dúvidas dos conselheiros. Isso é muito importante para a comunidade como um todo, não só se  
9 estabelecer um bom documento, uma boa proposta com segurança orçamentária para o ano  
10 seguinte, mas também manter a comunidade informada, sabendo exatamente como essa gestão  
11 tem administrado os seus recursos. Faz coro com o senhor José Luis ao dizer que o Sindicato  
12 vem lutando por diversos pontos que estão contemplados nesta proposta para o ano que vem,  
13 inclusive pontos da pauta específica, já parcialmente contemplados. Podem considerar que foi  
14 uma vitória muito grande do Sindicato, da categoria, que se manteve em luta este ano. Foi um  
15 ano muito difícil, muito difícil de agregar, de reunir as pessoas nos movimentos, mas  
16 conseguiram manter um movimento muito bom durante todo ano, em uma campanha salarial  
17 muito longa, alongada por essa falta de diálogo também com a questão da política nacional, que  
18 ficou sendo esticada até que se definisse o cenário nacional. Vêm acompanhando esse cenário,  
19 e principalmente aqui no Estado de São Paulo, onde a situação parece incerta e mais perigosa  
20 para as universidades, o sindicato e o Fórum das Seis têm acompanhado essas questões  
21 orçamentárias para além dos muros da Unicamp. Sabem que precisam lutar aqui dentro também  
22 para garantir os pontos da pauta específica, mas a Universidade precisa desse suporte, dessa  
23 garantia orçamentária que vem de fora e que este ano está muito incerta com a entrada do  
24 governador Tarcísio. Então, como o senhor José Luis falou, o Sindicato e o Fórum das Seis já  
25 estão em contato com o relator do orçamento do estado, estão lutando por essa garantia de  
26 financiamento aqui na Universidade. E acrescenta a questão da insuficiência financeira que o  
27 senhor Thiago colocou, que também é uma preocupação no orçamento da Universidade, e agora  
28 com o decreto do Rodrigo Garcia não sabem exatamente como vai ficar essa questão. O Fórum  
29 das Seis já documentou isso à SPPREV, já estão acompanhando também enquanto entidade  
30 sindical, cobrando para que seja feita mais essa reposição, mais esse suporte financeiro à  
31 Universidade, com o pagamento da folha dos aposentados. Coloca que foi um ano também  
32 bastante árduo para a Carreira Paepe; tinham uma expectativa muito grande em cima do  
33 processo de progressão, aconteceu o que aconteceu, não vai se estender muito aqui, sabem que  
34 houve muito descontentamento. Estão em um processo de aperfeiçoamento das ferramentas que  
35 são usadas para as avaliações, mas não são só as ferramentas perfeitas que fazem um bom  
36 processo de progressão. Precisam de uma garantia orçamentária e parece que aqui está garantido  
37 esse recurso para o ano seguinte, embora ainda esteja misturado com a questão da contratação.  
38 E fechando, vai falar um pouco da tabela SUS, que não tem revisão nos valores há muitos anos,  
39 então a Universidade vem arcando com essas diferenças de valores no que a tabela SUS não  
40 consegue cumprir no financiamento da área hospitalar. A Universidade vem cobrando isso tanto

1 com o salário dos aposentados como com os valores da área da Saúde na tabela SUS, então são  
2 valores que vêm saindo do caixa da Unicamp. Sabem disso, vêm fazendo sua parte, lutando  
3 para sustentar a Universidade como ela é e com a qualidade que ela tem, mas sabem que há  
4 ainda esses pontos pelos quais precisam lutar, precisam trazer mais investimento para dentro da  
5 Universidade. Então, a revisão da tabela SUS também é uma bandeira que o Sindicato levanta  
6 em defesa da Universidade como um todo, da área da Saúde e das suas contas, do seu sustento  
7 anual. A Conselheira ANNA CHRISTINA BENTES DA SILVA solicita a palavra à professora  
8 Silvia Gatti. A Professora MARIA SILVIA VICCARI GATTI parabeniza o senhor Thiago, o  
9 professor Sarti, toda a Aeplan e a todos aqueles que se envolvem anualmente na construção da  
10 peça orçamentária. A peça orçamentária significa, na sua visão, o compromisso da  
11 Universidade com a própria Universidade. É importante porque lhes permite estudar, permite a  
12 toda a Administração e a todos os servidores a consciência e a presença nessa discussão,  
13 inclusive naquilo que vem depois com as revisões orçamentárias. Acha que essa proposta traz  
14 clareza, traz um aprimoramento pela demonstração de alguns pontos que saíram de lugares e  
15 foram para outros pontos mais adequados. A ADunicamp está presente junto ao Fórum das Seis,  
16 junto à Alesp neste momento, como colocou o professor Pagan, precisam novamente atuar pelos  
17 9,57%, que nunca é garantido para as universidades, diferentemente do 1% que é garantido para  
18 a Fapesp. Então, na visita que fizeram e no trabalho que executaram na semana passada junto  
19 à Alesp, conseguiram em alguns gabinetes de lideranças obter informações, inclusive sobre  
20 emendas que estão colocadas na PLOA e que julga fundamentais para as três universidades  
21 públicas e para o Centro Paula Souza, que tratam fundamentalmente de permanência estudantil,  
22 extensão, que são os pontos que mais lhe chamaram a atenção. Além dos membros do Fórum  
23 das Seis e outras entidades públicas que estavam ali trabalhando por outras coisas que também  
24 de alguma maneira trazem resultados para todo o serviço público, valeria a pena uma atuação  
25 direta do Cruesp, os três reitores junto à Alesp, no sentido de valorizar e promover uma boa  
26 discussão para que essas emendas possam ser incluídas e aprovadas. Com relação aos 9,57%,  
27 fizeram essa fala junto com o deputado Olímpio, que inicialmente se mostrou um tanto quanto  
28 restritivo, mas à medida que ele foi percebendo que ele estava ali com um conjunto de pessoas  
29 esclarecidas, que têm propostas, pessoas que são importantes no serviço público, ele foi  
30 mudando a sua posição e foi se tornando mais amigável e até mesmo mais agradável. Estão em  
31 um momento que considera muito importante, diferencial, de um bom diálogo com o Cruesp.  
32 Sentaram, conversaram, há propostas do Cruesp para com eles, sabem como devem se  
33 comportar com relação às suas solicitações. Entende que todo o aporte que está sendo dado ao  
34 Pessoal é extremamente importante, é bom, mas entrarão em um ano de negociações  
35 novamente, com relação também às questões salariais. Solicita ao professor Antonio José, se  
36 for possível, que ele faça um comunicado à comunidade, ou que o Cruesp assim o faça, relativo  
37 às questões que vieram com essa determinação do atual Governo do Estado com relação à  
38 SPPREV. Acha que isso poderia, de alguma maneira, tranquilizar toda a comunidade com  
39 relação ao que a Universidade está fazendo, o que está sendo projetado, porque esse é um tema  
40 que mexe com muita gente, traz receios, traz ansiedades. Então é uma solicitação que faz ao

1 senhor Reitor e ao professor Sarti também, se possível, para que colocasse as justificativas para  
2 que as universidades não tenham direito ao ressarcimento relativo às desonerações. É  
3 importante esse aspecto também, porque é um valor bastante significativo do qual estão ficando  
4 de fora. O Conselheiro ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI diz que, como já fizeram outros  
5 colegas, elogia a proposta, parabenizando o senhor Thiago, o professor Fernando e toda equipe  
6 da Aeplan e da PRDU. Não só a confecção da proposta e a sua apresentação, mas também a  
7 discussão aqui, que está bastante elucidativa, relevante, e ecoa o elogio a essa apresentação  
8 mais clara das despesas e agora também das receitas dos exercícios anteriores. O sentido geral  
9 mais macroeconômico da proposta é de que a situação extraordinária três anos atrás era muito  
10 perigosa e preocupante e se tornou extraordinariamente, por vários fatores, muito favorável, e  
11 agora estão voltando um pouco para a normalidade. É uma espécie de conta que chega,  
12 particularmente as contas de 2022, desonerações, uma certa aceleração do crescimento por  
13 objetivos eleitorais, agora vão ter uma espécie de ressaca dessa parte e vão ter um ano em que  
14 o cenário não será desastroso, mas também não será extraordinário. E nesse sentido acha que a  
15 proposta é bastante coerente com esse cenário mais moderado e de manutenção do valor da  
16 arrecadação em termos nominais, e a inflação não está irrelevante. Ela não está mais tão alta,  
17 mas não está irrelevante. Acha que nesse contexto de uma reversão de um momento  
18 extraordinário, ganha mais importância a gestão que foi planejada e está sendo executada das  
19 reservas de maneira estratégica com um colchão de segurança, com recursos reservados para o  
20 investimento em moradia estudantil e, particularmente, com o PPI, que considera um uso  
21 bastante adequado e estratégico dos recursos que eram extraordinários. Tem uma dúvida sobre  
22 a questão do progresso do valor reservado para a progressão nas carreiras, não exatamente sobre  
23 o que foi discutido já, mas é que está ali para o ano que vem um pouco menor dos docentes em  
24 comparação com Paepe. Se não está enganado, escutou uma justificativa de que, na verdade, ao  
25 contrário de anos anteriores, provavelmente a projeção é de um volume maior de progressões  
26 de Carreira Paepe, porque boa parte da progressão neste ciclo dos docentes já tinha sido feita.  
27 Solicita confirmação se é isso mesmo, porque há interstícios etc., e nesse sentido, se está  
28 mantida a ideia de atendimento integral de demandas por progressão docente, desde que  
29 obviamente atendidos os perfis, os prazos etc. Também gostaria de uma atualização sobre o  
30 volume de progressões docentes em relação ao planejado no ano passado. Essa projeção que  
31 está aqui no valor de R\$33,5 milhões, a despesa planejada com o programa desenvolvimento  
32 da carreira, pergunta como foi, já agora em 2022, o efetivo uso disso em relação ao que  
33 projetaram no ano passado. Se foi mais, foi menos, se foi em linha. Por fim, não sabe se está  
34 exatamente em pauta, mas como vem sendo colocado por vários conselheiros, pergunta sobre  
35 a questão do pagamento retroativo dos prêmios docentes. E fala aqui não exatamente em âmbito  
36 pessoal, mas como diretor de uma unidade em que no período em que este Conselho decidiu,  
37 após alguma discussão, com vários argumentos pelo não pagamento em dinheiro dos prêmios,  
38 não houve inscrições no Instituto de Economia para os prêmios. Em geral, os economistas, não  
39 exatamente todos eles, mas são movidos por esse tipo de incentivo e por planejamento; é um  
40 aspecto a se levar em conta que as pessoas se planejaram também pelas restrições a se concorrer

1 novamente ao prêmio em outras etapas. Não tem exatamente uma posição contra ou a favor,  
2 mas acha que isso precisa ser levado em conta. A Conselheira VERÓNICA ANDREA  
3 GONZÁLEZ-LÓPEZ parabeniza o professor Fernando, o senhor Thiago e toda a equipe pela  
4 peça orçamentária, cujo desenvolvimento acompanhou, como membro da COP. Agradece pelo  
5 trabalho. Enfatiza a fala do professor Cesar, da aparente dicotomia ou talvez conflito em relação  
6 à reforma tributária e a garantia das receitas da Universidade. Ressalta a necessidade de  
7 articulação política por parte da Reitoria, para não serem pegos de surpresa em relação a essa  
8 reforma tributária, que os coloca em uma situação de fragilidade. Pergunta qual é o rumo hoje  
9 em dia, como veem que possa ser feita essa articulação política a nível macro, e também uma  
10 preparação da comunidade para enfrentar isso juntos. Outro aspecto é uma necessidade que está  
11 sentindo de que sejam desenvolvidos alguns programas de incentivo às carreiras docentes para  
12 aqueles que estão no meio da carreira. Bastante se fala, e é coerente que haja essa preocupação,  
13 daqueles que estão no início da carreira, e tudo aquilo que foi perdido, que todos sabem, e  
14 também aqueles que estão no fim da carreira e a necessidade de reconhecimento. Mas se coloca  
15 na posição daquele que está no meio da carreira e que também almeja incentivos que vão além  
16 do cunho econômico, que são incentivos de carreira mesmo. Pensando que estão procurando  
17 dar projeção à Universidade para fora, para a sociedade, mas também para o exterior, formando  
18 alunos. Então gostaria de ouvir se existem projetos em curso, que imagina que sim. O  
19 Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que, embora esteja afastado dessas reuniões de  
20 orçamento há algum tempo, achou a peça bastante interessante. Como sempre, a Aeplan sugere  
21 cuidado, e ela está correta. Devem utilizar os períodos anteriores que, em razão da Covid,  
22 permitiram à Unicamp fazer um certo caixa. O motivo foi ruim, mas a Unicamp teve anos bons  
23 sob a ótica orçamentária, e agora possui uma reserva de mais de R\$300 milhões. Gostaria que  
24 houvesse um detalhamento da reserva, para que esteja documentado qual parte dela é  
25 compromissada e qual é livre para uso em situações emergenciais. Então, de qualquer forma,  
26 essa reserva geral é um pouco maior que 10% das despesas com pessoal, e precisam ter uma  
27 reserva razoável para fazer frente a qualquer tropeço orçamentário do qual tenham de se  
28 recuperar. Com relação ao aumento de recursos próprios, pelo que entendeu ele foi devido  
29 somente a aplicações financeiras, o que é ruim, pois mostra que não estão conseguindo gerar  
30 recursos próprios de outra forma, através de convênios, patentes e outras formas que a  
31 Universidade tem também de gerar recursos próprios. O comprometimento com pessoal está na  
32 ordem de 86%, o que é uma maravilha se olharem lá atrás, quando já tiveram 102%, 104%, mas  
33 devem tratar isso com cuidado. Para ele não ficou clara, exatamente por causa do seu  
34 distanciamento, a questão do auxílio-refeição e do auxílio-alimentação, se um substitui o outro,  
35 ou se eles serão somados. Imagina que um substituirá o outro, e devem ter cuidado porque  
36 normalmente a inflação ligada a alimentos é maior que a inflação mostrada pelos índices  
37 oficiais. Sobre as sentenças judiciais, acha que R\$10 milhões é muito. Há duas sentenças com  
38 mais de R\$1 milhão, e isso é uma deficiência de julgamento por parte da Universidade. Uma  
39 delas tem a ver com um docente que foi demitido e agora a Unicamp tem de pagar mais de R\$1  
40 milhão; isso aconteceu em 1995. Em seguida, pergunta como está a construção do teatro. Sobre

1 a pecúnia de prêmios, é absolutamente contrário que haja premiação. Chama a atenção para a  
2 questão da quota-parte, já tratada pelos professores Cesar, Sílvia e outros. A professora Marisa  
3 e outros colegas falaram sobre a carreira docente, que não é só salário, pode ser infraestrutura.  
4 Precisam investir na forma de manter os docentes aqui. O Conselheiro HERNANDES  
5 FAUSTINO DE CARVALHO diz que não encontrou no orçamento ações específicas no que  
6 diz respeito à segurança e acessibilidade. Acha que esses dois itens estão se tornando tão  
7 importantes quanto alimentação e transporte na Universidade. Há prédios com 50 anos, e  
8 aprendeu um termo recente chamado *retrofit*, que significa adequar esses prédios para as  
9 condições de segurança e acessibilidade. Acha que o orçamento, se não para este ano, para os  
10 anos seguintes, precisa vislumbrar essa possibilidade, através de editais ou de ações específicas  
11 para que possam prover condições mais seguras de acessibilidade e segurança. O Conselheiro  
12 MATHEUS DA SILVA MARCHETTI MARTINS parabeniza o senhor Thiago, o professor Sarti  
13 e suas respectivas equipes pela peça apresentada. É incrível como conseguem condensar e  
14 costurar tantas demandas e trazer isso bem detalhado para os conselheiros. É importante  
15 observar que, embora haja muitas demandas de todas as categorias aqui representadas, a peça  
16 ainda continua no foco principal da Universidade, que é o ensino, a extensão e a pesquisa,  
17 trazendo novas bolsas, novos editais, novos volumes nisso. Mas baseado nas falas que ouviu  
18 aqui, sugere para a próxima peça a criação de uma linha nova, que é o Programa de Permanência  
19 de Servidores, onde poderiam colocar toda a questão das carreiras e os incentivos para que as  
20 pessoas permaneçam. Não é só a carreira docente que tem um problema de permanência dentro  
21 da Universidade, também existe esse problema com a Carreira Paepe. Há problemas de  
22 atratividade para as pessoas virem trabalhar aqui, pois as “regalias” para os concursados no  
23 serviço público já não existem mais. As pessoas já não têm se interessado, e podem buscar  
24 novos e bons profissionais no mercado, trazendo algumas outras possibilidades para eles. O  
25 trabalho remoto é uma possibilidade disso para o pessoal da área de TI; sabem que isso não  
26 atende a todas as funções, mas é uma possibilidade que poderiam colocar e começar a atrair.  
27 Gostariam muito de chegar na ponta, igual à carreira docente, que é garantir que todos que  
28 atingirem o perfil prestassem concurso e pudessem ter o recurso garantido. Hoje na Carreira  
29 Paepe precisam concorrer entre si, para poder provar que já atingiram o perfil e mesmo assim  
30 não há recurso garantido. Então, quando falam que precisam de mais recursos, lutam por mais  
31 recursos, é para garantir que um dia cheguem ao mesmo critério da carreira docente, em que ao  
32 atingir o perfil, a pessoa presta concurso e o recurso existe. O Conselheiro IVAN FELIZARDO  
33 CONTRERA TORO parabeniza a Aeplan e a PRDU pela peça orçamentária, e salienta o avanço  
34 no quesito permanência estudantil. Houve, neste orçamento, um aumento de quantidade de  
35 bolsa base em 10% e um aumento de 10% também no valor. No auxílio-moradia, um aumento  
36 maior que 10% e também um aumento de quantidade de bolsas de 10%. Isso é muito importante  
37 para os alunos. Cada vez que pensam em inclusão, precisam agregar condições de permanência  
38 estudantil, e esse orçamento os contempla muito nesse aspecto. O Conselheiro ADILTON  
39 DORIVAL LEITE diz, sobre os auxílios educação especial, criança e alimentação, que já há  
40 alguns anos a Universidade tem feito o reajuste em janeiro, com exceção do período de vigência

1 da lei complementar 173, e normalmente se aplica a inflação. É verdade que a inflação de  
2 alimentos é mais alta e também é verdade que sente mais quem tem menos renda. De fato, são  
3 poucos que recebem o auxílio-educação especial, até pela característica dele. Lembra que os  
4 auxílios tinham valores isonômicos, isso foi quebrado há um tempo; no passado se ajustou um  
5 e não reajustou o outro, e aí está a consequência. O vale-refeição não é um assunto novo na  
6 Universidade, e entendeu que o que está sendo aprovado é o recurso, que a norma será discutida  
7 em outro momento, mas acha que há várias questões do vale-refeição que carecem de atenção  
8 quando a norma for discutida. Auxílio-alimentação e auxílio-refeição são benefícios  
9 espontâneos, embora haja legislação que trate dos dois, mas falam disso quando forem discutir  
10 a norma. Sobre o reajuste salarial, já falaram o que iria mencionar, sobre a previsão na peça, e  
11 sobre hora-extra, observa que ela é paga quando não possuem o quadro completo. E quando há  
12 quadro completo, se são criadas novas atividades, como foi o caso do Cecom na vigência da  
13 Covid, que precisou criar novas ações para dar conta do enfrentamento. Um exemplo foram os  
14 contêineres na parte de fora para fazer coleta e o posto de vacinação. Ainda que tivesse quadro  
15 completo, o que não é o caso, é preciso deslocar pessoas de outros serviços, inclusive, e pagar  
16 hora-extra para que consigam fazer a manutenção dos contêineres e do posto de vacinação, por  
17 exemplo. Na questão da verba para a carreira, é óbvio que não basta ter as normas claras e bem  
18 definidas, é preciso ter injeção de recursos, principalmente no caso da Carreira Paepe, que, por  
19 consequência de ações do passado, teve um movimento de elevação de piso, com um  
20 consequente achatamento. Ainda existe um número grande de funcionários com um longo  
21 tempo na Universidade, que não eram piso e que estão nos níveis iniciais da carreira por conta  
22 desse, que é um elemento que determinou isso. As movimentações feitas nos últimos anos têm  
23 feito o espalhamento, mas ainda há um número bastante significativo de pessoas no piso. E para  
24 fazer a movimentação, precisam de injeção de recurso. O Conselheiro RICARDO MIRANDA  
25 MARTINS parabeniza a Aeplan e a PRDU pela peça orçamentária. Muitos desejos da  
26 comunidade já foram contemplados aqui e, em particular, faz algum tempo que a Unicamp é a  
27 universidade que mais investe em assistência e permanência estudantil. É muito bom ver os  
28 valores e a quantidade de bolsas aumentando, porque isso é cada vez mais necessário. Aproveita  
29 para comentar também a rápida movimentação da PRPG e das pró-reitorias das demais  
30 universidades paulistas sobre a questão de a possibilidade dos bolsistas Capes quase não  
31 receberem a bolsa agora em dezembro. Infelizmente, as federais também estão sofrendo com  
32 os mesmos cortes, não conseguiram se movimentar, mas pelo menos as universidades paulistas,  
33 que tinham um caixa favorável, conseguiram se organizar rapidamente para talvez cobrir a  
34 bolsa, ou parte da bolsa, o que acabou não sendo necessário porque a Capes conseguiu fazer o  
35 pagamento ontem e hoje. Menciona que os diretores mandaram uma carta para os professores  
36 Sarti, Rachel e Paulo César, no sentido de apoiar uma possível decisão da Reitoria nesse sentido,  
37 se precisasse usar parte do orçamento para isso. É lamentável que tenham de usar esse  
38 dispositivo de vez em quando, lembrando que em 2019 se prepararam para pagar caso o CNPq  
39 não pagasse. Agora fizeram isso para a Capes, e espera que isso melhore nos próximos anos.  
40 Apoiar a fala do professor Hernandez sobre recursos para a manutenção dos prédios. O prédio

1 do Imecc, por exemplo, é muito bonito, mas ele engana a idade; foi construído com outro tipo  
2 de protocolo e os prédios acabam sofrendo com falta de manutenção e, em particular, sentiu  
3 falta no orçamento de algum recurso explícito para aquele movimento que a Depi e a Prefeitura  
4 do *Campus* estão fazendo no sentido de conseguir o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros,  
5 o AVCB. Sabe que a Unicamp está tentando regularizar essa situação dos prédios, o que faz  
6 bem, mas essas obras são extremamente caras porque precisam tentar compatibilizar a regra  
7 atual com a construção de 30 anos atrás. O prédio do Imecc possui três andares, já fizeram o  
8 projeto, já sabem o que fazer, mas os primeiros valores que veem dessas obras, que  
9 aparentemente são coisas simples, aumentar guarda corpo etc., ficam da ordem de alguns  
10 milhões. Não sabe qual o andamento disso, nem se há liberdade no orçamento para isso, mas  
11 certamente em 2023 terão de começar a gastar dinheiro nessas frentes, algo bastante necessário  
12 porque um acidente nessa infraestrutura é sempre muito complicado. O MAGNÍFICO REITOR  
13 diz que em relação à questão das bolsas, houve todo um movimento, foi montada uma estrutura  
14 dando um apoio jurídico, como criar-se aqui a possibilidade de intervir, caso necessário.  
15 Felizmente não foi, houve o recuo do governo e o pagamento das bolsas, mas estavam  
16 preparados para preencher o vazio caso fosse necessário, pelo menos com uma intervenção  
17 emergencial. Agradece aos diretores pelo apoio, até porque seria algo a ser compartilhado com  
18 o Conselho Universitário. Sobre a reforma tributária, informa que já antes do segundo turno, os  
19 três reitores levaram aos candidatos duas solicitações: uma que fossem constitucionalizados os  
20 direitos das universidades a um percentual de impostos e que fosse mudado isso para assumir  
21 o mesmo papel da Fapesp. A Fapesp tem um percentual na arrecadação total de impostos, ao  
22 passo que as universidades têm no ICMS. Se fosse sobre arrecadação total de impostos, o  
23 problema da reforma tributária, em um certo sentido, deixaria de existir. Então foi essa  
24 reivindicação, não foi eventualmente acolhida na sua inteireza, mas a questão foi colocada para  
25 os três candidatos na época que estavam pontuando como possíveis eleitos. Em relação à  
26 questão da SPPREV, acham que a decisão da implementação dos critérios é algo que tem de  
27 estar sob a esfera da Universidade. Continuarão defendendo essa posição junto aos órgãos, junto  
28 ao governo do estado, junto a toda a área jurídica, estão conversando com a PG para, de alguma  
29 forma, retomar essa discussão em relação à legislação que lhes atribui esse direito. E também  
30 conversando com os reitores do Cruesp para que se adiantem a qualquer decisão desfavorável  
31 e faça um movimento de afirmar essa legislação que garante os direitos das universidades de  
32 especificar os detalhes dos critérios, dentro do que o marco legal estabelece. Em relação à  
33 questão das progressões, diz que a progressão docente segue uma dinâmica própria que é  
34 diferente da progressão de funcionários. A progressão docente costuma ser uma ação quase  
35 individual, ela pode envolver eventualmente mais de um, mas são pequenos grupos. Então ela  
36 segue uma dinâmica que depende da iniciativa do indivíduo ou desses pequenos grupos. A  
37 progressão Paepe atinge o conjunto da carreira, não é possível tratar igualmente essas duas  
38 coisas. O que garantiram desde o início da gestão é que vão colocar recursos para que haja a  
39 possibilidade de todos progredirem. Entretanto, progressão não é reajuste salarial, ela envolve  
40 uma avaliação de mérito. Disponibilizam recursos para uma parcela das pessoas e existe uma

1 preocupação da Administração de projetar as coisas com uma certa durabilidade, pensando que  
2 essas políticas permaneçam no tempo. Isso afeta várias das decisões que tomam aqui. Quando  
3 resolveram, recentemente, modificar a norma ou até o regimento da questão da livre-docência,  
4 preferiram não fazer algo que foi feito quando se fez a desvinculação, que foi simplesmente  
5 fazer a vinculação para valer para quem tinha perdido no passado. Fizeram uma avaliação do  
6 conjunto da norma e isso gerou, no caso da livre-docência, algo parecido ao do titular, de forma  
7 que isso possa permanecer; uma mudança perene, e não uma mudança em função de aspectos  
8 conjunturais. Essa é a visão que possuem também em relação à questão da progressão, o  
9 compromisso está reafirmado. Mas é uma decisão que não depende só da Administração,  
10 depende também da ação dos servidores, que podem se inscrever acima do que os recursos  
11 contemplam. Isso não significa que ao longo de três anos eles não terão oportunidade, porque  
12 vale o interstício para eles de três anos, como vale em geral na carreira docente também. Só que  
13 são dinâmicas próprias, um é feito em pequenos grupos ou individualmente, o outro é feito no  
14 conjunto da categoria. Acha que é difícil fazer a comparação, chama a atenção para isso. Tem  
15 sido muito solicitado o pagamento retroativo de prêmio, e o professor André levantou um ponto  
16 que é importante. Se forem discutir a questão da livre-docência, sabem que o IFCH, por  
17 exemplo, decidiu não se inscrever para livre-docência quando foi desvinculado. Então precisam  
18 tomar cuidado; o professor Léo Pini reclamou aqui das multas que se gera, mas vão fazendo  
19 essas arbitrariedades com a legislação que vão gerando vácuos jurídicos. Institucionalmente,  
20 essa não é uma boa solução, pois decisões têm consequências, e precisam pensar nelas. Ocorreu  
21 com a livre-docência, com os prêmios, com o corte de GRs. O ponto mais baixo das reservas  
22 da Universidade foi R\$400 milhões; se projetar cinco anos e o imposto cair 50%, não chegam  
23 ao fim do ano, e então passam a cortar várias coisas. Não é por aí que administram, devem  
24 separar o que é conjuntural daquilo que é estrutural, institucional, e manter essas coisas que são  
25 valiosas para o futuro da Universidade. Houve cortes em 2017, 2018, 2019 e 2020. O orçamento  
26 que a Administração poderia definir voltou. As pessoas agora estão recebendo o prêmio. Houve  
27 um ônus, que não foi causado por esta Administração, e há uma dúvida jurídica em relação a  
28 isso. Porque se fizerem isso, vão fazer para livre-docência também, vão fazer para todos, pois  
29 são direitos que foram de alguma forma impedidos de se realizar e agora precisam conviver  
30 com isso. Essa é a postura adulta, assumir as consequências das decisões que os órgãos tomam,  
31 e não querer depois aliviar o peso dessa decisão, inclusive porque envolvem aspectos jurídicos.  
32 Pergunta o que vão dizer para as pessoas que não se inscreveram, se darão oportunidade para  
33 elas se inscreverem. Precisam pensar nessas coisas, é algo delicado. Em relação à questão de  
34 carreira, pessoalmente sua posição é que é mais importante valorizar a parte média da carreira.  
35 Não estão tendo hoje, em geral, problema de pessoas que não querem entrar na carreira; há  
36 casos particulares de algumas áreas em que estão pouco competitivos, mas em geral os  
37 concursos têm tido muitos inscritos. Sua preocupação é manter as pessoas que estão aqui dentro.  
38 Existe uma diferença potencial com as outras universidades, porque fizeram uma reposição de  
39 quadros anterior às duas outras universidades. Então, a Unicamp está em uma posição  
40 comparativamente mais privilegiada, a dificuldade é como alinhar essa perspectiva com o

1 Cruesp. Acha possível melhorar as carreiras de quem está dentro, de docentes e de funcionários,  
2 e acha que devem fazer isso. No entanto, isso não pode ser encarado como reajuste salarial, são  
3 duas coisas diferentes, porque progressão envolve algum elemento de mérito. Quando pensa  
4 nas pessoas que estão na etapa intermediária da carreira, pensa que são jovens docentes para a  
5 Universidade ainda, porque têm um longo tempo de carreira nesta Universidade. E são pessoas  
6 que estavam em um acréscimo grande de produção, de repente passaram por pandemia,  
7 dificuldades de orçamento, lei complementar 173, e tudo isso, obviamente, é um banho de água  
8 fria. Precisam recuperar essas coisas, é essa perspectiva que possui. Em relação ao vale-  
9 refeição, não podem confundir com auxílio-alimentação; vale-refeição está referenciado a dia  
10 trabalhado. Por exemplo, vai tirar férias em janeiro, e se ele já estivesse valendo, não poderia  
11 receber, porque está de férias. Mas recebe o auxílio-alimentação mesmo quando está de férias.  
12 A possibilidade de isso atuar junto está condicionada a maio, porque existe uma lei que diz que  
13 em maio podem colocar as duas coisas no mesmo cartão. Se ela valer a partir de maio, usam o  
14 mesmo cartão para os dois benefícios, mas eles têm regras diferentes. Em algum momento vão  
15 discutir o trabalho remoto, e pergunta se tem sentido pagar vale-refeição para quem vai estar  
16 executando o trabalho em casa, ou para quem faltou, porque senão é auxílio-alimentação e não  
17 vale-refeição. Então é um substancial acréscimo nos salários indiretos, mas existem regras  
18 diferentes. Implantar isso antes de maio requer uma licitação, que vai demorar, eventualmente,  
19 mais tempo do que maio. Eventualmente maio, se for incorporado no mesmo cartão, pode ser  
20 uma ampliação de uma licitação já feita. Sobre SUS e HC, diz que estão tentando na área da  
21 Saúde fazer compras concentradas, pois hoje há um problema grande de as compras serem feitas  
22 por diferentes ações dentro da Universidade. Para ter um planejamento melhor, precisam fazer  
23 essas contas concentradas, então todos esses projetos, esses contratos, deverão ser feitos  
24 concentradamente. A folha SUS, que não é reajustada há muito tempo, gera um problema  
25 porque uma parte das pessoas que trabalham na área da Saúde são contratadas através do SUS,  
26 e a Unicamp não regula o dissídio salarial, ela tem de pagar o que for concedido, e isso tem  
27 constantemente consumido mais da folha SUS. O desejo é que essa folha SUS seja  
28 principalmente o pagamento de pessoas, porque isso permite ampliar, por exemplo, com  
29 facilidade o atendimento à saúde. Fica muito mais fácil contratar via SUS do que contratar via  
30 Unicamp. Ao colocar na Unicamp, geram problemas potenciais se tiverem de fazer um ajuste  
31 no futuro. Então a estratégia é usar o SUS principalmente para isso, retirando dele coisas que  
32 possam correr pelo orçamento da Unicamp, inclusive para poder gerenciar melhor as compras,  
33 pois há várias decisões de compras, às vezes, que do ponto de vista administrativo não são as  
34 melhores opções em termos de gastos de custeio e de manutenção da estrutura hospitalar.  
35 Acha que assim vai ficar algo mais racional, mas terão a oportunidade de discutir, pois vai  
36 aparecer o resultado da consultoria nesse assunto, que está ocorrendo ainda. O Conselheiro  
37 FERNANDO SARTI diz que todas as questões e dúvidas levantadas são legítimas e bem-  
38 vindas, mas lembra que as reuniões da CAD, Cepe, COP são gravadas, estão disponíveis. As  
39 pautas e súmulas estão disponíveis, quem quiser se informar é só buscar lá as informações. Diz  
40 isso porque certamente o debate aqui poderia ser muito mais qualificado se os conselheiros

1 estiverem bem informados. O senhor José Luis tem toda razão com relação à preocupação da  
2 autonomia financeira, mas fica com a financeira, com a administrativa, com a didático-  
3 científica. Não possuem a autonomia orçamentária, mas o professor Antonio José já comentou  
4 que os três reitores encaminharam ao Governador a proposta de que a participação no percentual  
5 viesse para dentro da Constituição Paulista, pois, como todos sabem, dependem de um decreto  
6 orçamentário que tem de ser renovado todo ano. E ao mesmo tempo qual seria esse valor,  
7 porque a ideia também é que mudasse a base tributária, que não fosse apenas ICMS, fosse toda  
8 a base tributária, como é o caso da Fapesp, que tem 1% de toda a base tributária. Isso facilitaria  
9 porque, se houver alguma mudança como está ocorrendo agora, recursos que estão entrando  
10 que não são ICMS, não haveria prejuízo para a Universidade. Era essa a proposta, mas  
11 evidentemente precisam contar com a compreensão do Executivo e da Alesp. Por isso as  
12 universidades públicas têm de construir cada vez mais pontes com a sociedade, não podem ficar  
13 isolados, achando que o mundo aí fora os venera. Isso não é verdade, e sentimos isso  
14 recentemente na CPI das universidades. Respondendo ao professor Cesar Pagan, diz que  
15 certamente estão preocupados com a reforma tributária, e têm sempre mantido contatos,  
16 fazendo reuniões, inclusive com José Roberto Afonso, que é um dos maiores especialistas na  
17 reforma tributária, assessor do Senado há muitos anos, com o Bernardo Appy, inclusive cotado  
18 para participar do governo na reforma tributária, e com um colega do Instituto de Economia  
19 que está participando do governo de transição, Guilherme Mello. O próprio professor André  
20 Biancarelli é um grande especialista em macroeconomia. Na semana passada, esteve no Rio de  
21 Janeiro em reunião com a Esther Dweck, uma professora da UFRJ que, provavelmente, se não  
22 assumir o Ministério do Planejamento, vai ser uma das servidoras importantes ali, e discutiram  
23 inclusive a questão da reforma tributária. Isso os preocupa, mas a Universidade tem muito pouca  
24 atuação sobre isso; o que conseguem é ficar atentos, e de alguma maneira preparados, dentro  
25 de seus limites, para possíveis mudanças. Sobre o pagamento retroativo dos prêmios, o  
26 professor Antonio José já se expressou, lembrando que isso talvez também coubesse às  
27 instâncias anteriores, CAD, Consu, só depois os recursos deveriam ser pensados na COP, para  
28 novamente voltar para o Consu. Primeiro aprovam o mérito e depois trazem aqui os orçamentos,  
29 é assim que sempre têm atuado. Diz que pode ser impressão sua, equivocada, mas percebe um  
30 completo desconhecimento por parte de alguns conselheiros do que têm realizado e que talvez  
31 tenha sido a principal inovação ao longo de 2022: separaram a proposta de distribuição  
32 orçamentária dos recursos da reserva financeira. Dentro dessa reserva financeira, possuem  
33 quatro itens: o primeiro é a precaução, que é aquele onde aprovaram na COP e no Consu três  
34 folhas de pagamento para situações de emergência, como vivenciadas em períodos recentes. A  
35 segunda destinação dessas reservas tem sido para a permanência estudantil e, sobretudo, para a  
36 questão da moradia, que está sendo tratada. A terceira é o que foi colocado aqui pelo senhor  
37 Thiago, que são aqueles recursos de alguma maneira já comprometidos, mas que ainda não  
38 foram empenhados e nem executados, estão garantidos ali. O senhor José Luis chamou a  
39 atenção de que agora estão considerando esses recursos tanto em receita quanto em despesa. A  
40 quarta destinação é para o Plano Plurianual de Investimentos, pensando no longo prazo. Então

1 se observarem na própria PDO, tiraram alguns investimentos que antes eram previstos aqui  
2 dentro, como as obras da Depi, por isso elas não aparecem, mas para o AVCB, assim como para  
3 acessibilidade e segurança, isso foi mantido. Devem lembrar que dentro do PPI aprovaram no  
4 Conselho Universitário, passando pelo trâmite de COP, CAD, Consu, mais de R\$220 milhões  
5 em investimentos. Portanto, respondendo ao professor Léo Pini, há essa separação entre essas  
6 quatro destinações, e felizmente a reserva não é mais de R\$300 milhões, ela hoje está em torno  
7 de R\$1,6 bilhão para essas quatro destinações. Não devem confundir essa reserva de recursos  
8 com reserva de contingência. A professora Marisa lembrou bem que, a partir do momento em  
9 que possuem essas condições, é importante poder explicitar, porque o saldo de exercícios  
10 anteriores pode, eventualmente, na execução do exercício, vir a ser utilizado. Em relação às  
11 questões estruturais, o professor Antonio José também já fez referência. Têm se preocupado  
12 com a questão das atividades de início de carreira, tanto é que estão aprovando hoje aqui, e  
13 aprovaram na Cepe da semana passada, R\$60 milhões para serem utilizados durante três anos  
14 e meio para um programa de incentivo a novos docentes. Então isso é uma forma, sim, de  
15 aumentar a atratividade, de reconhecer que houve um momento difícil, inclusive aprofundado  
16 pela pandemia, de acesso às linhas de financiamento dos órgãos de fomento, a começar pela  
17 Fapesp, para os novos docentes, e os recursos estão ali para isso. Então há essa preocupação de  
18 atratividade, ouviu de vários diretores o quanto isso tem sido importante, não apenas para esses  
19 novos docentes, como também para os novos concursos que estão em andamento. Haverá três  
20 editais: um agora em fevereiro, outro em agosto de 2023 e o terceiro em fevereiro de 2024, e  
21 também contemplarão, dentro desse programa, as novas contratações. Acha que isso é, sim,  
22 uma questão estruturante, embora reconheça que existe essa simetria entre quem tem mais  
23 tempo na Universidade, do ponto de vista da aposentadoria, das incorporações de GR, em  
24 relação aos novos entrantes. Isso não resolve, mas é uma política importante da Universidade  
25 para aumentar a produtividade e atratividade desses novos docentes. A questão do VR já foi  
26 explicada, mas respondendo também ao professor Marco Antonio, acrescenta que a questão da  
27 legislação está sendo discutida desde o primeiro momento com a PG, com a DGA e os demais  
28 órgãos da Universidade. Por exemplo, não vão poder conceder VR e o restaurante universitário  
29 ao mesmo tempo, a lei veda isso. Os servidores terão de optar ou pelo VR ou pelo restaurante  
30 universitário, onde todos sabem que a refeição é subsidiada. O Tribunal de Contas não aceita  
31 que a Universidade conceda os dois benefícios, então são vários entraves que estão sendo  
32 pensados. Era uma demanda da comunidade, estão trazendo, mas também precisam se sustentar  
33 em cima das normativas, as quais inclusive estão passando por um processo de transformação.  
34 Primeiro tiveram o decreto, agora há a lei que dá o prazo até maio de 2023 para a convergência  
35 do ponto de vista do usuário. Os estabelecimentos poderão aceitar o vale-alimentação e  
36 refeição, mas como bem já detalhou aqui o professor Antonio José, a sistemática de cálculos é  
37 diferente. Então isso tudo tem de ser devidamente analisado, estudado, para que não cometam  
38 nenhum erro jurídico que depois possa vir a ser contestado, inclusive pelo Tribunal de Contas.  
39 O teto do Governador, como já foi colocado, tem um impacto de cerca de R\$14,4 milhões. Em  
40 relação à questão da energia elétrica, todos sabem que a Unicamp é a primeira universidade

1 pública do país que tem comprado energia no mercado futuro. Essa compra tem dois benefícios:  
2 primeiro que permitiu uma redução significativa de custo, e segundo, implementado já no leilão  
3 que foi feito duas semanas atrás, que foi o fato de a Unicamp ter comprado energia renovável,  
4 energia incentivada. Conseguiram uma redução significativa no custo de transporte dessa  
5 energia, e evidentemente isso é um exemplo que a Universidade dá para toda a sociedade na  
6 questão da sustentabilidade. Depois vão fazer um relatório, passar para todos, mas informa que  
7 para 2023 foram R\$15 milhões ainda de energia convencional, mas para 2024 já são R\$12  
8 milhões contratados em energia incentivada. Com isso, conseguiram uma redução do volume  
9 contratado porque houve, sim, um aumento significativo da eficiência energética, com uma  
10 redução em torno de R\$3 milhões, então acha que a Unicamp tem tido uma política energética  
11 bastante importante. Outras propostas serão apresentadas em 2023, inclusive a criação de uma  
12 floresta com as placas fotovoltaicas, com processos que envolvem P&D na Universidade, que  
13 vão inclusive passar pela produção de hidrogênio líquido. São todos projetos que estão  
14 engatilhados, já estão negociando com financiadores, e acha que terão boas notícias ainda no  
15 primeiro semestre de 2023. Sobre Restaurante Universitário, lembra que a conta dos  
16 restaurantes eram contas que estavam totalmente esparramadas: a DGA contratava, Unicamp  
17 contratava, comprava alimentos, os recursos humanos estavam alocados em outro lugar, não  
18 apareciam na conta da alimentação, e ao mesmo tempo outras prestações de serviço. O que se  
19 faz agora é que contrataram uma empresa que trata do começo ao fim, faz toda a logística da  
20 prestação, da produção e serviço, transporte da alimentação, então fica parecendo que os valores  
21 subiram, mas não é verdade. Se somarem todos os recursos envolvidos, que estavam dispersos  
22 em várias contas, esses recursos são muito próximos. Sobre transporte, observa que aprovaram  
23 na COP e aqui a mudança no sistema de transporte, é por isso que tem essa diferença. Sobre  
24 contratos SUS já foi respondido. Respondendo ao senhor Cláudio Servato, diz que acabou de  
25 receber da DGRH os dados sobre o auxílio-criança e auxílio-educação especial e depois repassa  
26 a ele. Concorde com a preocupação da professora Silvia com a SPPREV, todos têm essa  
27 preocupação, mas a questão é que esse problema teria de ser resolvido até dezembro de 2023.  
28 No final do ano, foram surpreendidos por uma ação do próprio governo de, talvez, antecipar.  
29 Devem participar, evidentemente, via Cruesp dentro dessa discussão da SPPREV porque ela é  
30 uma preocupação de todos. E não são só as universidades, lembrando que não tinham ainda  
31 passado por essa sistemática várias instituições públicas do estado, inclusive o Judiciário.  
32 Concorde com o professor André quanto às questões econômicas do desfavorável, favorável e  
33 normalidade, mas em relação aos recursos Paepe o professor Antonio José já explicou que são  
34 sistemáticas diferentes. Em relação a docentes, alcançaram o número de 808, um valor de 97%  
35 dos recursos alocados. Então nesse aspecto discorda do professor Cesar Pagan que não  
36 conseguem fazer planejamento na Universidade. Conseguiram atingir um nível de execução e  
37 de planejamento bastante razoável, em uma proposta que chegou próximo de 97%. Precisam  
38 entender que a Universidade é, sim, uma disputa por recursos, que devem equilibrar dentro do  
39 orçamento, isso é o cerne da autonomia. Com isso acha que também responde à professora  
40 Verónica, que tinha reforçado a questão do professor Cesar da reforma tributária, e na questão

1 dos incentivos para o meio de carreira há estudos que estão sendo realizados aqui pela gestão,  
2 envolvendo sobretudo a PRP, que são duas iniciativas que de alguma maneira podem já,  
3 parcialmente, ser contempladas dentro do programa de incentivo a novos docentes. Mas elas  
4 terão vida própria nas propostas de 2023: um programa de internacionalização e o programa de  
5 pós-doutorado. Respondendo ao professor Léo, observa que 86% não é a relação folha sobre  
6 RTE e nem receitas totais; 86% é despesa total sobre RTE, como aparece no documento. O  
7 comprometimento hoje, de folha, sobre o RTE, Recursos do Tesouro do Estado, é de 72%.  
8 Estão um pouco acima da USP, que é 66% e da Unesp, que é 67%. Em relação ao teatro,  
9 aprovaram já no PPI também recursos para as obras; foi necessário licitar um novo projeto e  
10 agora, depois dessa licitação, o reinício das obras, nessa demanda que é bastante importante.  
11 Respondendo ao professor Hernandes, diz que já fez referência ao AVCB e à questão da  
12 segurança e acessibilidade, que é uma demanda muito importante dos diretores. Lembra que os  
13 recursos aprovados, aqueles R\$200 milhões que envolvem algumas reformas, já estão  
14 acontecendo; começaram pelos “pinotinhos”, de um total de 84, licitaram para 42 que eram  
15 mais padronizados, para começar a reforma do ponto de vista do telhado, reforma elétrica e  
16 toda a manutenção externa. Querem utilizar mais recursos em 2023, no âmbito do PPI, para  
17 avançar nessas reformas. Respondendo ao senhor Matheus, entende a demanda e a preocupação  
18 de todos os funcionários com relação aos recursos para a progressão. Observa que há um  
19 orçamento previsto, e qualquer revisão farão em abril, para cima ou para baixo, esperam que  
20 para cima, com mais recursos. Estão mantendo, em termos nominais, os recursos para a  
21 progressão Paepe, e em uma situação onde há uma retração dos recursos estimados, os recursos  
22 previstos para a Universidade, acha que isso é sim colocar a questão da Carreira Paepe como  
23 questão também prioritária na Universidade. E está claro que os recursos que estão sendo  
24 aportados tanto para carreira dos docentes quanto para Paepe vão ser utilizados de forma  
25 diferente. Como colocou aqui, 97% de progressões docentes, o que significa que em 2023  
26 haverá um número de progressões, até pela questão do interstício, muito menor. Então grande  
27 parte dos recursos serão muito mais utilizados para contratações. Possuem um projeto pronto  
28 para levar também aos diretores, dado que até agora lhe chegou apenas uma proposta dos  
29 diretores sobre contratações docentes, que é o grupo falando de licenciatura, um grupo que  
30 envolve cinco institutos e faculdades. E essa tarefa de casa já foi colocada há mais de seis meses,  
31 então incentiva que em 2023 consigam voltar a esse debate. Então os recursos que estão lá,  
32 evidentemente serão, no caso de docentes, muito mais para contratações, menos necessários  
33 para as progressões, dado o que aconteceu tanto nas carreiras especiais quanto na Carreira MS.  
34 E no caso Paepe, os recursos evidentemente serão destinados prioritariamente, como está  
35 previsto, para a progressão, e menos proporcionalmente às contratações. O senhor THIAGO  
36 BALDINI DA SILVA diz que precisam diferenciar a forma como os municípios recebem para  
37 a forma que a Fapesp recebe. Os municípios têm direito a 25% do ICMS, e o que o Cruesp está  
38 propondo é a vinculação das receitas das universidades à receita tributária líquida do estado.  
39 Então, independente se o estado recebe por ICMS, IPVA, ou venha de um IVA futuro, de qual  
40 seja o futuro, estão em um percentual que é 1% da Fapesp. É isso que o Cruesp está solicitando

1 e que já apareceu na conversa dos reitores com os candidatos. Isso daria tranquilidade em frente  
2 a todo o estado. Hoje o ICMS está sendo reduzido, mas a arrecadação total do Estado de São  
3 Paulo está aumentando. Então, enquanto as universidades estão sofrendo com as quedas do  
4 ICMS, o estado está com as arrecadações mantidas, então isso é um motivo para saírem da  
5 quota-parte para irem para a receita tributária líquida. Alguns conselheiros solicitaram que  
6 constasse na proposta o recurso de projeção para aumento salarial, porém nunca incluem os  
7 valores percentuais, porque entendem que essa é uma negociação de Cruesp com Fórum das  
8 Seis, então é uma negociação que vai ser feita na data-base, em maio. Sobre as contas de energia  
9 elétrica, o professor Fernando já explicou bastante sobre as reduções que já entraram, mas  
10 principalmente os recursos que foram aprovados em 2022, para os novos projetos de eficiência  
11 energética, trabalham na proposta com os valores estimados atuais. E assim que esses projetos  
12 forem realizados, se completarem, tratam nas revisões as reduções que venham a acontecer.  
13 Então aqui trazem a energia máxima, e caso toda essa eficiência energética seja realizada,  
14 provavelmente chegarão no final de 2023 com gasto menor. Sobre os aumentos de transporte,  
15 isso foi baseado nas próprias novas licitações, não são aumentos de linhas, quantitativos, são  
16 aumentos de valores. As novas licitações acabam fechando com valor até menor, mas nenhum  
17 caderno de preços sai com valores menores do que 40%, 60% do que a gente tem contratado.  
18 Da licitação isso até abaixa um pouco, mas é o que reflete essa mudança, um aumento de R\$5  
19 milhões que já fizeram na segunda revisão e estão aumentando mais agora. Sobre os  
20 restaurantes universitários, antes aparecia somente o contrato de produção e gêneros  
21 alimentícios, e hoje, além desse contrato de produção, conforme foi dito, tem toda a parte de  
22 pessoal. Dando um exemplo: só para cuidar das diversas atas de gêneros alimentícios, a DGA  
23 precisava de mais ou menos umas 20 pessoas só para trabalhar nessas atas do restaurante  
24 universitário. Então esse custo sempre esteve dentro da DGA. É claro que as pessoas ainda  
25 existem, só que remanejadas para outros serviços e isso vem fazer parte no custo dentro da  
26 alínea de restaurantes. Depois que esse contrato já tiver avançado vários meses, podem mostrar  
27 o quanto é o custo efetivo da refeição e quanto isso foi reduzido. Apesar de aglutinarem todas  
28 as despesas nessa alínea, para a Universidade como um todo há um retorno de redução de  
29 despesas. Algumas despesas reduzem, como água, energia elétrica, manutenções, que antes  
30 eram pagas dentro da Prefeitura, dentro da Universidade, e hoje vão ser pagas pela empresa. E  
31 o valor de pessoal, que estava antigamente na Prefeitura, na DGA, ligado diretamente ao  
32 restaurante, consegue fazer outras funções que não têm uma redução direta, mas há uma redução  
33 no futuro de necessidade de pessoas dentro desses órgãos. Em relação à determinação sobre a  
34 SPPREV, diz que quando ele tira a data de 2023 e deixa em aberto para uma instrução  
35 normativa, não sabem e até por isso não comentam nada formalmente, porque a gente não sabe  
36 o que está na cabeça do próximo Governador, mas logo que saiu esse decreto, entrou em contato  
37 com o representante das universidades que está no conselho de administração da SPPREV. No  
38 início de 2019, quando a SPPREV falou pela primeira vez que assumiria as folhas das  
39 universidades, ela dizia que assumiria a folha baseada nas contratações de pessoal que tinham  
40 conseguido do Governador na época. O que possuem de informação hoje é que eles estão com

1 muita dificuldade de realizar essas contratações que foram prometidas em 2019, pela pandemia  
2 etc., então essas contratações ainda não ocorreram. Ficam um pouco na dúvida, pois talvez a  
3 SPPREV não tenha condições de assumir essas folhas de inativos, mesmo que ela queira até o  
4 final de 2023. É claro que isso é uma impressão dele, uma impressão que pode se realizar ou  
5 não, então a Universidade está trabalhando caso seja para ter toda a parte legal nisso, mas fica  
6 como uma esperança do que pode estar acontecendo não sabem desde quando. Apesar de toda  
7 a disputa na transição, o Governador pode ter livrado a pressão do final de 2023 do novo  
8 Governador ou estar fazendo alguma coisa para antecipar. Então é um assunto que vale a pena  
9 acompanharem mais a fundo. Sobre as reservas financeiras da Universidade, esclarece que o  
10 que trazem na PDO é somente o Grupo X, que são as receitas já aprovadas em anos anteriores.  
11 Foi solicitado aqui um detalhamento maior das reservas, mas entendem que essa reserva é o  
12 que vem do exercício anterior, de 2022 para 2023, como um número no final, informativo  
13 apenas. Todo o detalhamento dos anos anteriores dessas reservas já foi apresentado, e será  
14 apresentado no fechamento do exercício de 2022. Quando falam dessa reserva, do que está nas  
15 unidades, o que é compromissado e livre, podem pensar de algumas formas diferentes, mas o  
16 que decidiram fazer quando trazem em duas linhas é que a primeira linha, os R\$133 milhões,  
17 correspondem exatamente ao que está na mão das unidades, o que já foi suplementado e que no  
18 caso de obras, outros serviços, já foi licitado, então já está muito mais comprometido. O restante  
19 não podem deixar como livre porque há muitas licitações rodando sobre isso, mas pretendem  
20 trazer, na terceira revisão orçamentária de 2022, esses recursos que estão na Aeplan, o quanto  
21 tem de recursos já programados, já destinados a processos específicos e o quanto ainda está  
22 aberto para a destinação desses processos. Em Sentenças Judiciais, colocam o valor exatamente  
23 do que há para pagamento, e lembra que são coisas do passado, o quanto já erraram no passado  
24 e estão agora sendo punidos nas sentenças judiciais. Essa é uma das preocupações das  
25 normativas do VR, de fazer isso com tranquilidade, com o tempo necessário. A Conselheira  
26 ANDRÉIA GALVÃO agradece pela apresentação e pelas explicações, e diz ao professor Sarti  
27 que chegarão outras propostas dos diretores, porque demanda de contratação é o que não falta.  
28 Solicita um esclarecimento em relação ao ponto das premiações; concorda com o entendimento  
29 que foi apresentado aqui, que não cabe retroatividade, acha que, de fato, precisam assumir as  
30 consequências das decisões que são tomadas, infelizmente. Mas ficou com uma dúvida em  
31 relação à premiação que foi concedida este ano e o esclarecimento em relação a isso, porque  
32 ouviu algumas falas dizendo que os premiados este ano teriam a premiação em dinheiro  
33 também. O MAGNÍFICO REITOR diz que teve, porque isso foi incluído no orçamento de  
34 2022, que foi aprovado no final de 2021, orçamento que foi aprovado pela gestão atual, porque  
35 o de 2021 tinha sido aprovado no final de 2020. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que  
36 então falavam de retroatividade anterior a isso; ficou em dúvida porque durante essa discussão  
37 toda que foi feita aqui, estava entendendo que era uma discussão nova. O CONSELHEIRO  
38 MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz, sobre a justificativa de assumir mais um  
39 contrato SUS, que são cerca de R\$6 milhões, entende que isso traz melhorias para a gestão, mas  
40 preocupa isso estar incorporado ao orçamento da Unicamp para sustentabilidade financeira ao

1 longo do tempo. Um outro comentário é que o arquivo da proposta orçamentária tem um item  
2 que está duplicado, nas páginas 16 e 17, que é o custo da vacina da gripe. Apenas para o senhor  
3 Thiago verificar se não foi para o orçamento também duplicado. O que chamou atenção  
4 também, e não sabe se cabe aqui algum comentário qualitativo, é o aumento do projeto de nova  
5 governança da Inova, que era de R\$1,5 milhão e foi para R\$9 milhões. Como não conhece os  
6 detalhes, não sabe se esse é o fórum apropriado, mas chamou a atenção esse comparativo tão  
7 grande. Por outro lado, achou modesto o valor de R\$500 mil para edital de apoio aos cursos de  
8 graduação. Estava esperando aqui uma segunda edição do Alegra, que este ano foi de R\$4  
9 milhões. Acha que R\$500 mil para a quantidade de cursos de graduação lhe parece um valor  
10 bem modesto. E, finalmente, vendo essa imensidão de dados, de informações em uma proposta  
11 orçamentária como esta, e também todo o efeito que ela gera na vida institucional, sua sensação  
12 é que cabe muito bem aqui a existência de um escritório de inteligência de dados que possa  
13 acompanhar as ações efetivas, decorrentes desta execução orçamentária, com decisões  
14 estratégicas da Instituição. Foi comentado, por exemplo, que a Unicamp já há bastante tempo é  
15 uma das universidades que mais investe em assistência e permanência estudantil. Hoje está na  
16 ordem de 20% do orçamento de custeio da universidade. Lembra-se de que quando  
17 acompanhava esse número, estava na ordem de 13%, então subiram bastante isso. Um escritório  
18 de inteligência de dados poderia, por exemplo, fazer correlações desse tipo de investimento  
19 com taxa de abandono ou de desistência, como o Inep chama. Ou taxa de sucesso, também  
20 como o Inep chama. Toda essa política de incentivo docente que também está sendo criada,  
21 promoções, contratações poderiam ser correlacionadas com a permanência do docente. Ou,  
22 como o conselheiro Matheus comentou, com a permanência também do servidor. Então, até  
23 que ponto esses dados coletados sobre a qualidade do trabalho, a qualidade de vida, a satisfação  
24 que o servidor, professor tem ao estar aqui traz para a instituição uma permanência dele e um  
25 desenvolvimento dele na carreira. Um escritório de dados ou de inteligência de dados permeia  
26 uma administração nos seus diferentes órgãos porque as fontes de dados estão espalhadas pela  
27 Unicamp. Claro que a proposta orçamentária está muito boa, o arquivo está muito bom, mas  
28 acha que caberia muito aqui também um *dashboard*, pois um arquivo PDF é estático, então um  
29 *dashboard* que tivesse um pouco de dinamismo, com dados, informações um pouco mais  
30 qualitativas, acha que seria bem interessante inovar isso para o orçamento 2024. O Conselheiro  
31 CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que a Unicamp, nos últimos anos, investe em progressões de  
32 carreira, todos reconhecem. Mesmo com todo o investimento, o piso salarial daqui está inferior  
33 ao da USP. Há demanda dos trabalhadores da ativa e inativos para terem isonomia salarial com  
34 a USP o mais breve possível. O Grupo Apesar sempre traz a esta Casa o assunto de isonomia  
35 salarial com a USP há anos, e não vai esquecer dele enquanto estiver nesta Casa como  
36 representante. Pede a gentileza de disponibilizarem o número de servidores que estão hoje nos  
37 pisos da carreira no fundamental, médio e superior, e qual valor seria necessário para a  
38 implantação da isonomia salarial com a USP em breve nos próximos anos. O MAGNÍFICO  
39 REITOR diz que na fala anterior, o conselheiro Cláudio mencionou que há oito anos o vale-  
40 refeição já tinha sido proposto e não deu certo, mas deixa claro que não foi a Administração da

1 época que não quis o vale-refeição, foi uma opção do movimento sindical. Desta vez parece  
2 que houve um pouco mais de harmonia, a Administração desejava criar o vale- refeição e foi  
3 bem recebido pela categoria, então é aquele jogo onde todos ganharam. Da outra vez,  
4 infelizmente, isso não foi possível. Então é importante ressaltar que às vezes a ação voltada a  
5 procurar solução do problema é a mais positiva para se avançar nas conquistas. Em relação à  
6 questão da isonomia, existe uma diferença de visão. Na fala do Adilton, por exemplo, tem a  
7 sensação de que ele valorizou a questão de carreiras intermediárias, porque a isonomia foi feita  
8 nos pisos há um bom tempo. Então, de fato existe uma questão, mas precisam olhar isso fora  
9 um pouco da ideia de uma coisa que seja horizontal. Precisam tomar cuidado com uma coisa  
10 que às vezes perpassa a Universidade, que é a ideia de que a autonomia lhes dá plena liberdade  
11 para fazer o que quiser. Preocupa-se com isso, porque é algo que pode se virar contra eles  
12 próprios. Devem mirar reajustes salariais que estejam com alguma relação com o que acontece  
13 no funcionalismo público do estado. Outra coisa é pensar nas carreiras, que são ações que não  
14 são para o conjunto, seis mil funcionários, dois mil professores. São os processos de progressão  
15 e, eventualmente, reajustes das carreiras para melhorar a sua atratividade. Acha que isso são  
16 coisas possíveis, mas elas não são políticas horizontais. Precisam tomar cuidado de não querer  
17 transformar a autonomia financeira em algo que gere um conflito com o que é feito na sociedade  
18 como um todo. Essa é uma preocupação. Então está só alertando para um aspecto; possuem  
19 uma questão, precisam manter a atratividade das carreiras, mas a sua preocupação pessoal é  
20 principalmente com quem está aqui, não com a entrada. Essa é uma visão pessoal, pode estar  
21 aberta, obviamente, a discussão de todo o Conselho Universitário. Às vezes precisam atualizar  
22 as bandeiras em função de contextos que mudaram. De fato, a isonomia pegou a entrada da  
23 carreira e aproximou, essa diferença foi mantida em outros níveis da carreira e passaram um  
24 tempo sem nenhuma progressão. Então tinham de, talvez, concentrar mais nisso, mas é uma  
25 avaliação. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz, sobre a questão da SPPREV, que  
26 particularmente não está sabendo de nada, e imagina que grande parte da comunidade também  
27 não esteja. Então talvez esteja faltando uma comunicação mais efetiva, que pode ser feita pelas  
28 próprias unidades ou por algum órgão central. Quanto à questão das reservas, se ela é de R\$1,6  
29 bilhão, devem especificar. Houve um tempo em que participou da COP, e ao menos lá isso  
30 passou a ser exibido. Gostaria de saber como estão as reservas nos diferentes itens. E acha,  
31 inclusive, como o professor Fernando falou, que faz todo o sentido essa divisão e essa visão  
32 diferenciada entre precaução, o que já está comprometido e o que é investimento. É uma política  
33 interessante, mas também é interessante isso ser de domínio público, porque nem todas as  
34 pessoas têm acesso aos detalhamentos das pautas. Pessoalmente tem por ser membro do  
35 Conselho, mas não sabe se qualquer docente ou qualquer funcionário com a sua senha consegue  
36 acessar os detalhamentos das pautas. Sobre a questão que o professor Fernando falou de que  
37 são 76,4% de comprometimento com folha, isso enfatiza mais ainda o seu argumento, de que  
38 estão em um momento de folga comparado com os 102%. Preferiu falar nos 86,31% porque  
39 não se lembra se aqueles 102% que citou eram comparados aos 86% ou 76%. De qualquer  
40 forma, seja um, seja outro, seu ponto de vista é que possuem uma folga grande nesse item,

1 olhando para trás, e devem aproveitar essa folga. Poderiam pensar em uma pequena  
2 reformulação da questão do PED, que poderia servir como uma entrada para futuros doutores,  
3 por meio de uma contratação de longo prazo, por exemplo por dois anos e garantido, inclusive,  
4 um resguardo do ponto de vista trabalhista e podendo contribuir para as unidades de uma forma  
5 diferente. Seria usar o PED também com esse mecanismo para premiar alunos que tenham um  
6 desenvolvimento excepcional na sua pós-graduação. O Conselheiro FERNANDO SARTI  
7 esclarece que estão aqui hoje, neste Conselho Universitário extraordinário, aprovando a PDO.  
8 O professor Léo tem toda razão no que diz respeito à importância dos números sobre as reservas,  
9 que têm sido apresentados sistematicamente na COP e nas revisões orçamentárias. Como o  
10 senhor Thiago colocou, já fizeram duas revisões este ano e farão a final, em fevereiro, para  
11 fechar as contas de 2022. Lá novamente aparecerão detalhados os números das reservas. A  
12 reserva hoje não está aqui dentro da PDO, então é por isso que ela não está sendo tratada aqui  
13 e nem sendo informada, mas os dados estão disponíveis, é só puxar a pauta da COP. Também  
14 observa que os 73% não podem ser vistos considerando apenas um tempo; acabou de citar aqui  
15 números das progressões. A progressão Paepe teve a primeira mudança a partir de agosto; a  
16 progressão docente vai acontecendo ao longo do ano, então precisam anualizar as despesas que  
17 estão sendo colocadas do ponto de vista das contratações, do ponto de vista das progressões. Só  
18 para dar uma ideia da diferença, porque a Unicamp foi um pouco mais rápida nisso em relação  
19 à Unesp e a USP, cada uma com sua dinâmica, suas propostas, mas no início do ano a diferença  
20 entre a Unicamp, Unesp e a USP era de três pontos percentuais, e abriram para seis, porque  
21 realmente avançaram nos processos de progressão e de contratação. São estratégias que as  
22 outras estão começando a realizar agora, então isso só para chamar a atenção de como não  
23 podem pegar um ponto isoladamente. É essa preocupação que na Aeplan e na PRDU têm  
24 sempre de estar projetando. Então, a partir do momento em que alguém teve a progressão hoje,  
25 tem de olhar para o período de 12 meses, e não pegar uma data de novembro, de outubro, porque  
26 ela não cobre exatamente. O Professor CESAR JOSÉ BONJUANI PAGAN diz que na  
27 intervenção anterior, quando disse que não conseguem fazer planejamento, é no sentido de  
28 planejamento do longo prazo. Possuem tanto cuidado quando se elabora o orçamento para o  
29 ano seguinte, analisando quanto é seu crescimento, qual é a expectativa de arrecadação, mas  
30 quando se faz isso, a LDO já foi para a Assembleia Legislativa e já sabem que vão ter 9,57%.  
31 Não sabem se em 2024, 2025, 2026, por exemplo, podem ter um planejamento seguro,  
32 plurianual, com base em uma receita que confiam ser legalmente fundamentada. Então, não  
33 falou que não há planejamento na Universidade; deseja trazer um argumento político favorável  
34 a essa segurança que precisam ter, e o argumento do planejamento é importante, porque têm a  
35 firmeza de longo prazo de saber quanto vão arrecadar. O Consu é o fórum político da  
36 Universidade, é onde se dá o debate entre a Administração e as representações diversas da  
37 Universidade. Uma mudança em legislação é um tema político, e às vezes, quando estão na  
38 Administração, toda a máquina administrativa, o grau de informação que possuem os fazem  
39 esquecer dos componentes políticos que estão na própria comunidade. Observa que a  
40 Administração está muito atenta e ficou muito satisfeito com as respostas que escutou aqui hoje.

1 Há coisas sendo feitas no sentido de negociar um futuro firme financeiro para a Universidade,  
2 e, ao mesmo tempo, isso tem de ser trazido para o fórum político, que é o Conselho  
3 Universitário, e para a própria comunidade acadêmica, porque esse é um problema relevante.  
4 Porque pode não acontecer nada, mas pode ocorrer um problema político grave daqui a dois ou  
5 três anos e a Universidade terá de se posicionar caso a solução não seja satisfatória. Viram a  
6 descrição que a professora Silvia Gatti colocou de como foi a conversa com o responsável pelo  
7 orçamento na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Então é nesse sentido de que são  
8 uma grande comunidade, e este é o momento de discutir esses assuntos. A Administração está  
9 de parabéns pelas ações feitas e acha importante trazer esse tema para o Conselho Universitário  
10 para que possam, basicamente, discutir, estar atentos e, se um dia for necessário, a comunidade  
11 também atuar politicamente, porque os movimentos sociais dentro da Universidade são coisas  
12 vivas e importantes de serem cuidadas. O MAGNÍFICO REITOR agradece ao professor Cesar  
13 pelas sugestões e avaliações. Na questão do planejamento de longo prazo, o avanço que se teve  
14 foi no PPI, e não houve outros avanços mais detalhados. Existe alguma elaboração da PRDU  
15 sobre como pensar o quadro docente em um prazo maior, como trabalhar a questão de PPI em  
16 concursos docentes, são temas que terão de discutir como comunidade e exigem um pouco mais  
17 de maturação e cuidado. Estão tendo uma preocupação de que as peças orçamentárias e esses  
18 planejamentos sejam bastante inclusivos no sentido de contemplar os vários segmentos da  
19 Universidade, mas não é uma coisa fácil. Para a parte que era uma grande questão de obras  
20 paradas, de construções, como o teatro do IA ou o ginásio na FCA e coisas que eram  
21 preocupações antigas, resolveram fazer um planejamento, mas de fato faltam outras coisas que  
22 terão de fazer. Correm na comunidade, por exemplo, várias propostas de cursos, e terão de  
23 enfrentar essa discussão em algum momento. Principalmente se continuarem tendo um  
24 orçamento favorável, terão de pensar se vão ou não expandir; existem várias demandas que  
25 estão na praça, só que são coisas delicadas. Estão esperando o quadro se resolver; se o Brasil  
26 entrar em uma rota de crescimento, que é a expectativa que possuem, os espaços de liberdade  
27 aumentam bastante e fica mais fácil ter segurança no planejamento. Então acha que existe essa  
28 cautela, de recuperar devagar até que o quadro fique mais claro. E acha que é isso que o  
29 professor Cesar falou, é um espaço político. Na questão em particular da constitucionalização  
30 da autonomia e de garantir o percentual, resolveram agir com uma certa discricção porque  
31 estavam em um contexto eleitoral. Acharam melhor pôr na mão dos candidatos e não criar  
32 diretamente um movimento que gerasse mais ruído e atrito; deixaram esse espaço para eles se  
33 posicionarem, e na disputa entre eles isso poderia se resolver mais favoravelmente. Não foi uma  
34 coisa que tomou o centro da campanha, acabou não ocorrendo, e precisam retomar isso agora.  
35 Terão outras oportunidades, então essas conversas que as organizações sindicais e outros  
36 membros da comunidade fazem junto à Assembleia e junto ao governo mesmo são  
37 extremamente importantes. São canais paralelos, estão agindo na mesma direção, os  
38 instrumentos não são exatamente os mesmos, mas compõem o movimento que é nessa direção.  
39 Acha que estão em um quadro que tem chances de ser favorável, garantir que esses avanços se  
40 mantenham por um bom tempo ainda. Melhorou um pouco a situação, inclusive possuem uma

1 expectativa de que o ensino superior do Brasil seja recuperado. Estarão juntos nessa ação, a  
2 Unicamp não foi tão prejudicada, mas poderá se beneficiar ainda mais em um contexto de  
3 recuperação, no investimento em ciência e tecnologia e ensino superior. Estão alertas, e a  
4 questão da SPPREV é uma outra preocupação, só que a Administração tem de andar com uma  
5 certa cautela, porque uma de suas funções é manter a interlocução e as pontes com os vários  
6 atores que estão no jogo. Nesse sentido, possuem graus de liberdade um pouco menores do que  
7 os movimentos sociais, então precisam andar em um ritmo um pouco diferente. A Conselheira  
8 GABRIELA BARROS GONÇALVES diz que o conselheiro Cláudio citou um ponto  
9 importante, a questão da isonomia salarial com a USP, que é uma luta de muitos anos, começou  
10 a ser feita, mas não foi concluída. Este ano, o Sindicato publicou em um dos boletins, no final  
11 de outubro, uma tabela com todos os pisos salariais já equiparados com os da USP e uma  
12 simulação dos valores, do quanto seria gasto se essa tabela fosse implementada na Unicamp.  
13 Na época, o Sindicato fez o cálculo de que o custo mensal dessa equiparação total seria de  
14 R\$27,5 milhões. Como este ano teve uma receita muito favorável, tinha muito dinheiro em  
15 caixa na Universidade, o Sindicato apresentou esses cálculos do que era possível aplicar no  
16 orçamento da Universidade sem onerar os cofres. E também na questão da carreira, pela  
17 apresentação que foi feita nas câmaras, apresentação do grupo de trabalho que fez o  
18 levantamento das melhorias para o processo de 2023, já havia sido diagnosticado um  
19 represamento muito grande nos níveis iniciais da carreira, como o conselheiro Cláudio colocou.  
20 Então a maioria dos servidores da Carreira Paepe está no piso, cerca de 30%, represada no nível  
21 inicial e também travada no nível C, que é onde estava a trava que foi retirada este ano. Então  
22 já respondendo para o senhor Cláudio, existe uma quantidade muito grande de servidores  
23 travados nos níveis iniciais da carreira, possuem um processo que não foi concluído, há um  
24 custo que é possível ser aplicado, mas não é isso que está colocado em discussão aqui, só  
25 desejava esclarecer que esse debate foi feito. Fizem essa divulgação, tanto aqui nos espaços  
26 do Conselho Universitário quanto na comunidade, através dos meios de comunicação do  
27 Sindicato. E com relação ao Sindicato, sabe que as entidades sindicais são bastante atacadas e  
28 são bastante polêmicas, principalmente porque elas mexem com direitos trabalhistas e direitos  
29 no geral em relação ao trabalho, que têm custos para os empregadores. Então tirar o trabalhador  
30 de uma jornada exaustiva de 15 horas de trabalho e dar uma jornada de oito horas, uma jornada  
31 possível, uma jornada humana, isso tem um custo para o empregador, que vai ter de contratar  
32 outro trabalhador. O movimento sindical é, como um todo, um movimento que levanta bastante  
33 polêmica, principalmente porque cutuca esses principais detentores do capital, mas é um  
34 movimento necessário, porque é ele que mantém a sanidade física e mental dos trabalhadores e  
35 que vem conquistando seus direitos ao longo dos últimos anos. Não só no Brasil, mas  
36 mundialmente os movimentos sindicais são muito importantes à sobrevivência do trabalhador  
37 como um todo. Ressalta que esse movimento tem sido necessário e essencial nos últimos anos,  
38 principalmente nesses ataques do último desgoverno. Vem sendo colocada a necessidade de  
39 reforçar esse movimento sindical e as entidades sindicais como um todo, e não só não atacar ou  
40 não julgar, sem entender o papel do movimento sindical na sociedade. Está falando isso porque

1 é comum na Unicamp voltar esse assunto da proposta do vale-refeição de anos atrás; não deseja  
2 entrar muito em detalhes dessas questões, esses assuntos vão voltar outras vezes por causa  
3 dessas polêmicas que existem entre os detentores do capital e as pessoas que se aliam aos  
4 movimentos sindicais, mas foi necessário na época, na análise de quem rejeitou a proposta,  
5 porque foi uma proposta feita condicionada a acabar com a greve, e não é dessa forma que o  
6 movimento sindical conduz a sua luta. É importante que a comunidade entenda o que o  
7 Sindicato e o movimento estão fazendo no seu contexto. Olhar para trás e criticar uma ação, ou  
8 uma falta de uma ação só de forma isolada não os ajuda a evoluir no movimento, não os ajuda  
9 a levá-lo a um crescimento que é necessário, principalmente nesse cenário atual. Não estava na  
10 diretoria na época, mas sabe que não foi rejeitada a proposta do vale, ela foi colocada como  
11 condicional a acabar com a greve, e que neste momento ele está sendo ofertado como fruto da  
12 luta dos trabalhadores. São momentos diferentes e só queria explicar esse equívoco que foi  
13 colocado aqui, uma mentira com relação ao passado, e dizer que o movimento sindical segue  
14 na luta, apesar dos ataques recorrentes. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que quase todos  
15 já possuem essa informação, mas acha importante dizer que o processo de progressão Paepe  
16 2022 contemplou 2.157 funcionários, 1.730 na horizontal e 427 na vertical, e com relação à  
17 questão, que é uma preocupação importante também das lideranças, tinham realmente um  
18 número muito grande nos níveis iniciais da carreira. No fundamental, era menor, era de 6%.  
19 Depois da progressão, passou para 4%. No caso do nível médio, essa concentração nos níveis  
20 iniciais era de 59,2% e passou para 32%. E no caso do nível superior, havia uma concentração  
21 nos níveis iniciais de 46%, que se reduziu para 26%. Acha que isso foi uma grande conquista  
22 do processo de progressão. Não havendo mais observações, o MAGNÍFICO REITOR submete  
23 à votação a PDO 2023, que é aprovada por unanimidade. Passa ao item 02 – Proc. nº 01-P-  
24 17041/2008 –, que trata de minuta de deliberação que altera o artigo 2º da Deliberação Consu-  
25 A-04/2011, que trata do Programa de Auxílio-Alimentação. Passa a palavra para a doutora  
26 Fernanda. A Doutora FERNANDA LAVRAS COSTALLAT SILVADO diz que este segundo  
27 item é a mudança da deliberação Consu que trata do vale-alimentação, só para atualizar pelo  
28 valor que acabou de ser aprovado no item 01. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que  
29 aumentaram o valor de R\$1.270 para R\$1.350, o que correspondeu a um aumento de 6,2%,  
30 superior ao IPCA. É um pequeno ganho real, mas concorda que a inflação do item alimentação  
31 tende a ser superior à média. O MAGNÍFICO REITOR diz que com o vale-refeição deve  
32 melhorar a situação. Não havendo mais observações, submete à votação a matéria, que é  
33 aprovada por unanimidade. Deseja a todos um Feliz Natal, uma ótima passagem de fim de ano  
34 e que 2023 reacenda fortemente as esperanças e continuem nesse rumo, acertando como  
35 Instituição. Agradece muito a participação de todos e parabeniza a comunidade, que venceu  
36 mais um ano que não foi fácil, o ano da retomada da atividade presencial plenamente. Nada  
37 mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha  
38 Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques da Costa que a  
39 digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 13 de dezembro  
40 de 2022.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na **180ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**, realizada em 28 de março de 2023, sem alterações.*